92% das casas em Gaza destruídas

Lula: “Após tanto sofrimento, cessar-fogo traz esperança”

Genocídio de Israel matou mais de 50 mil. Crianças e mulheres em sua maioria

O presidente Lula afirmou na quarta-feira (15) que a negociação para o cessar-fogo na Faixa de Gaza é um avanço importante para a construção de paz e estabilidade no Oriente Médio. O presidente destacou o impacto positivo da interrupção dos ataques de Israel à população de Gaza e da libertação de reféns, mas ressaltou a necessidade de buscar uma solução duradoura para a região. Nos últimos 15 meses, já assassinou mais de 50 mil pessoas, grande parte delas, mulheres e crianças, e destruiu 92% das residências de Gaza, segundo a ONU. **Página 3**

AFP

HORA DO POVO

ANO XXXV - Nº 3.985 22 a 28 de Janeiro de 2025

Salário mínimo do Brasil é o 2º pior da América Latina

Valter Campanato - ABr

Presidente cobra comida mais barata e puxa a orelha de Haddad

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu com ministros na segunda-feira (20) na Granja do Torto, em Brasília. “Os alimentos estão caros. É uma tarefa nossa garantir que o alimento chegue na mesa do povo trabalhador, da dona de casa, na mesa do povo brasileiro”, disse Lula. Ele criticou decisão da Fazenda sobre o “PIX”. “Tudo agora vai passar pela Presidência”, disse. **Pág. 3**

O Brasil é um dos países com o pior salário mínimo da América Latina, considerando os valores em dólares (US$), segundo o portal mexicano El CEO, com base em números da Comissão Nacional de Salários Mínimos do México (CONASAMI). Com um salário mínimo de US$ 248,53 por mês, o Brasil figura na penúltima colocação, entre os 16 países listados pelo periódico digital de mercado. O salário mínimo brasileiro está abaixo dos salários do Paraguai, Panamá, Peru, Bolívia e Argentina. Como se não bastasse, o recente pacote apresentado pela Fazenda impôs um teto de reajuste de 2,5% para o salário mínimo, com o objetivo de cumprir a meta de déficit zero. Em último colocado está a Nicarágua (US$ 211,13). Os valores já são os atualizados para 2025. **Página 2**

STPS - Conasami - Reprodução

Montagem do Sidney Morning Herald

EUA não consegue reverter decadência da economia

“Era de ouro” de Trump prevê muro com México, caça aos imigrantes e assalto ao Panamá

Eleito uma segunda vez com um slogan que é em si uma confissão da decadência econômica dos EUA, “Make America Great Again”, Donald Trump tomou posse na segunda-feira (20) sem ter muito a oferecer ao mundo que não seja agressão e prepotência: caça aos imigrantes, assalto ao Canal do Panamá, anexação da Groenlândia e Canadá, e etc. **Página 6**

1 REAL BRASIL

Nas bancas toda quarta e sexta-feira

Governo apoiará regulamentação de contribuição sindical em lei

O governo federal anunciou que irá apoiar um projeto de lei de autoria do deputado federal Luiz Gastão (PSD) que irá regulamentar a contribuição dos trabalhadores aos sindicatos, vinculada a acordo ou convenção coletiva. **Pág. 5**

“Um disparate Lira ser dono de um terço das emendas”, diz deputado

O deputado José Rocha (União-BA), presidente da Comissão de Integração Nacional, afirmou que vai “falar tudo” o que sabe sobre a fraude de Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, na destinação das emendas de comissão à Polícia Federal. “Fui convidado pela Polícia Federal para prestar meu depoimento sobre as emendas. Vou lá sim e vou falar tudo que eu sei. Tudo”, disse. **Página 3**

“Mudar a política econômica!”, por Paulo Kliass

Pág. 2

Mudar a política econômica!

"É preciso abandonar de vez o compromisso com as metas de zerar o déficit fiscal primário ou mesmo de obter superávit nos próximos exercícios"

PAULO KLIASS*

Faltam 21 meses para o primeiro turno das próximas eleições presidenciais. Isso significa que já se passaram 27 meses desde que Lula chegou à frente de Bolsonaro no pleito de 2022. Os tempos da política obedecem a critérios e sensações que nem sempre correspondem ao que está registrado nos calendários oficiais. Mas há um fato inescapável que deveria chamar a atenção de todos os que estamos preocupados com o afastamento que o governo vem promovendo em relação às suas promessas de campanha. A realidade nua e crua é que já se foi mais da metade do terceiro mandato de Lula.

As pesquisas de opinião são quase unânimes em apontar grandes dificuldades enfrentadas pelo governo em termos de sua popularidade e de seu nível de aprovação pela maioria da população. É bem verdade que ainda estamos muito distantes da próxima disputa presidencial. No entanto, os cenários apresentados pelas enquetes apontam que a eventual vitória de Lula 4.0 não vai ser um "passeio", como se diz no linguajar da política. Existem uma série de dúvidas e incertezas que rondam o quadro, tornando ainda mais difícil a busca de respostas. Afinal, Lula será mesmo candidato? Bolsonaro permanecerá inelegível até o momento de definição das candidaturas oficialmente? Haverá espaço político e eleitoral para a eterna tentativa de uma "terceira via"?

Apesar de tais incógnitas, o calendário não fica parado com o intuito de aguardar tais definições. E os elementos associados à percepção de que a maioria da população não está "compreendendo" ou "recebendo" todo o esforço realizado pelo terceiro mandato começa a ganhar adeptos na Esplanada. As recentes mudanças na equipe de comunicação parecem apontar para esse caminho equivocado. De acordo com tal interpretação, o problema estaria na incompetência profissional dos responsáveis por comunicar. E não na esfera da política, uma vez que o governo não tem muitas novidades positivas para oferecer e, assim, obter uma reversão das atuais percepções negativas a seu respeito.

"A ECONOMIA VAI BEM, MAS O POVO VAI MAL"

Ora, mas então, Paulo, você está ignorando os "resultados excelentes" que as políticas públicas estão proporcionando para a maioria da população? Veja, em especial, os números da economia. O Brasil está bombando! Pois é, esta é a primeira contradição a ser enfrentada. É verdade que os dados mais recentes relativos ao desempenho do Produto Interno Bruto (PIB) estão superiores àquilo que era aguardado pelo próprio governo e pelos agentes do financismo. Além disso, as estatísticas oficiais que o IBGE coleta a respeito dos níveis de desemprego e de ocupação da força de trabalho também apontam para melhorias positivas. Ora, então como se explica a persistência de dificuldades em melhorar os indicadores de percepção da maioria da população a respeito do próprio governo?

Continua: https://horadopovo.com.br/mudar-a-politica-economica-por-paulo-kliass/

***Paulo Kliass** é doutor em economia e membro da carreira de Especialistas em Políticas Públicas e Gestão Governamental do governo federal.

Salário mínimo do Brasil é o segundo pior da América Latina

Como se isso não bastasse, o ministro Haddad impôs com seu pacote um teto de reajuste de 2,5% para cumprir a meta de déficit zero

O Brasil é um dos países com o pior salário mínimo da América Latina, considerando os valores em dólares (US$), segundo o portal mexicano El CEO, com base em números da Comissão Nacional de Salários Mínimos do México (CONASAMI).

Com um salário mínimo de US$ 248,53 por mês, o Brasil figura na penúltima colocação, entre os 16 países listados pelo periódico digital de mercado. O salário mínimo brasileiro está abaixo dos salários do Paraguai, Panamá, Peru e Argentina.

Em último colocado está a Nicarágua (US$ 211,13 e, logo acima, do Brasil está a Argentina (US$ 287,93). O Chile é o país com o maior salário mínimo da América Latina, com US$ 510 por mês. Veja a lista completa, a seguir ao lado.

O salário mínimo brasileiro em 2025 recebeu um acréscimo de R$ 106, subindo de R$ 1.412 para R$ 1.518. Os trabalhadores brasileiros receberam um ganho real (acima da inflação) de 2,5%, seguindo a nova regra de valorização do salário mínimo do ministro da Fazenda, Fernando Haddad, que impôs um teto de reajuste de 2,5% para cumprir a meta de déficit zero. Pela regra anterior, o salário deveria ser reajustado pelo crescimento do PIB dos dois últimos anos.

A nova regra, aprovada pelo Congresso Nacional em dezembro de 2024, define que, de 2025 até 2030, o ganho real do salário mínimo a ser pago estará limitado entre 0,6% e 2,5%, seguindo o mesmo limite de crescimento das despesas do governo central imposto pela lei do arcabouço fiscal.

Juros do BC provocam o segundo maior déficit nominal do mundo

E o pior é que, ao invés de cortar as despesas com juros, os neoliberais, de dentro e de fora do governo, insistem em cortar na Saúde, na Educação, no BPC, etc, etc

O BTG Pactual acaba de divulgar uma compilação de dados, levantados junto ao Banco Central, ao Fundo Monetário Internacional (FMI) e à projeções feitas pelo próprio banco, que mostram o Brasil como o país que terá o segundo pior déficit nominal – déficit que inclui as despesas com juros – nos anos de 2024 e 2025, dentre os vinte e cinco países analisados pelo levantamento. Os gastos com juros devem passar de 6,6% do PIB em 2023 para 7,5% em 2024 e avançar a 8% do PIB em 2025, de acordo com o BTG.

JUROS REAIS NAS ALTURAS

Não seria necessário tanto esforço para se chegar a essa conclusão. Com os juros reais entre os maiores do mundo, o Brasil não poderia estar em outra posição na tabela de déficits nominais. Os juros são, hoje, disparadamente, a principal despesa do governo. Beira a um trilhão de reais por ano. E esta é também a principal causa da estagnação econômica, do crescimento da dívida em relação ao PIB e do próprio déficit público.

Algumas comparações são importantes para se ter uma ideia do mal que representam essas taxas criminosas de juros praticadas no Brasil. A dívida bruta brasileira está hoje em R$ 7,204 trilhões, ou 80% do PIB, e a dos Estados Unidos está em US$ 34 trilhões (cerca de R$ 204 trilhões) ou 126% do PIB. Pois bem, com as taxas de juros praticadas no Brasil (12,25%), os gastos com esses juros em relação ao PIB são muito maiores do que os gastos dos EUA com juros (4,5%), também em relação ao PIB. O resultado é que o déficit nominal brasileiro chega a 8% do PIB e nos EUA ele é de 7,3% do PIB, apesar da dívida americana ser muito maior que a brasileira.

ECONOMIA ESTRANGULADA

Os juros na estratosfera não estão estrangulando apenas a economia real do país ao desestimular os investimentos produtivos e o consumo. Estão estrangulando, também, as finanças públicas e a capacidade do Estado de investir e atender às necessidades mínimas da população. Essa loucura, que só faz subir a dívida e engordar financistas, é mantida sob o pretexto falso de que juro alto combate a inflação. É mentira. Eles não combatem inflação e só servem, na verdade, para abastecer os cofres dos bancos com dinheiro público.

Como destacou o economista David Deccache (leia aqui), as causas da inflação em 2024 foram a alta do dólar, a manutenção – mesmo que atenuada -, por parte da Petrobrás, da paridade dos preços internos dos combustíveis em relação aos preços internacionais do barril de petróleo, os eventos climáticos e o abandono dos estoques reguladores. A elevação dos juros não interferiu em nenhum desses fatores. E, pior, além de não interferir em nada disso, os juros altos aumentaram os custos financeiros das empresas e contribuíram, no final das contas, para o agravamento da inflação.

A divulgação do déficit nominal, que inclui as despesas – quase trilionárias – com juros, só deixa mais escancarado o cinismo que representa a pressão dos banqueiros, de sua mídia e de integrantes do próprio governo para que sejam feitos cortes no Orçamento, não nas despesas com os juros, mas sim nas despesas primárias, ou seja, naquelas despesas que são dirigidas à sociedade e que representam uma fatia muito pequena do déficit nominal. O déficit primário nas contas públicas está em torno de 0,1% a 0,5% do PIB, enquanto o déficit nominal está em 8,6% do PIB.

Continua: https://horadopovo.com.br/juros-lunaticos-do-bc-provocaram-o-segundo-pior-deficit-nominal-do-mundo/

Economista da FGV: indicadores do PIB em novembro mostram economia estagnada

A atividade econômica do país registrou um crescimento de 0,6% em novembro de 2024, na comparação com outubro (recuo de -0,6%) do mesmo ano, de acordo com o Monitor do PIB-FGV, divulgado na sexta-feira (17). No entanto, a economista responsável pelo indicador, Juliana Trece, alerta que o resultado positivo se deu pela base de comparação baixa.

"Embora tenha crescido 0,6% em novembro, muito disso é porque tivemos queda forte em outubro", afirma Juliana Trece, que também alerta que o resultado veio acompanhado pela estagnação de setores importantes da economia "como a indústria de transformação, serviços e consumo das famílias".

Outro indicador de "prévia" do PIB, o Índice de Atividade Econômica do Banco Central (IBC-BR), divulgado na quinta-feira (13), aponta que o PIB brasileiro registrou alta de 0,1% em novembro na comparação com outubro, quando tabém marcou 0,1%.

Ambos indicadores são considerados como termômetros para o resultado oficial do Produto Interno Bruto (PIB) do Brasil, que é calculado pelo Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE).

A economista Juliana Trece afirma que "no caso do Monitor, que tem os dados desagregados, conseguimos ver claramente que, embora tenha crescido 0,6% em novembro, muito disso é porque tivemos a queda forte em outubro".

"Além disso, diz a economista, "segmentos importantes estão estagnados, como a indústria de transformação, serviços e consumo das famílias. No caso do IBC, a economia está no quarto mês seguido de crescimento, mas nos dois últimos, por exemplo, foi 0,1%, o que mostra uma certa estagnação também", explica Juliana à coluna da economista Míriam Leitão, no jornal O Globo.

No penúltimo mês de 2024, a taxa de investimento – que é a relação entre o volume de investimentos e o PIB – de novembro ficou em 17,6% – um resultado bem aquém das necessidades das do país. Juliana Trece alerta que, com a retomada do ciclo de aumento da Selic (taxa básica de juros), em setembro de 2024, a tendência é de "declínio dos investimentos".

Leia mais: https://horadopovo.com.br/economista-da-fgv-indicadores-do-pib-mostram-economia-estagnada-a-partir-de-novembro/

Governo recua na regra do Pix: política de déficit zero abriu as portas para as fake news

O recuo do governo em relação às regras adotadas desde 1º de janeiro (Instrução Normativa 2.219/2024) com o declarado objetivo de ampliar o controle sobre operações financeiras realizadas via Pix, cartões, Ted, saques e depósitos, dominou o noticiário político e econômico do país nas últimas 24 horas.

Pela proposta da Secretaria da Receita Federal, órgão do Ministério da Fazenda, a partir da nova sistemática, transações que somem R$ 5 mil mensais para pessoas físicas ou R$ 15 mil para pessoas jurídicas passariam a ser monitoradas com mais rigor.

Embora o Fisco tenha esclarecido que a fiscalização das transações via Pix não teria o objetivo de monitorar a atuação dos trabalhadores informais ou pequenos empresários, nem rastrear o montante movimentado por suas transações cotidianas, pois o imposto incide sobre a renda e não sobre a movimentação financeira, não faltaram 'especialistas' para disseminar a falsa informação de que essas operações seriam taxadas pelo Fisco, inclusive as movimentações das pessoas físicas, utilizando, até mesmo, de forma criminosa, a logomarca da Receita Federal.

A nova normativa, portanto, não representaria um problema para esses trabalhadores autônomos (informais) ou micro e pequenos empreendedores, mas, então, porque tamanha repercussão da medida?, a ponto de elevar a notoriedade de figuras como o bolsonarista Nikolas Ferreira, conhecido por sua capacidade de navegar e se monetizar nas águas turvas e sombrias dos oceanos digitais, para ficar apenas nesse exemplo.

O fato é que a mudança proposta obrigava as instituições financeiras a reportar à Receita não apenas uma única transação de R$ 5 mil, mas sim o somatório mensal de todas as movimentações financeiras, dando ao órgão fiscalizador informações sobre rendas que estariam sendo obtidas por esses trabalhadores autônomos e informais sem a devida contrapartida tributária.

A partir daí ficou difícil justificar as novas regras, que amplificavam o raio de ação do Fisco, apenas e tão-somente pela lógica do controle financeiro, mas, também, pela possibilidade de caracterização como renda movimentações financeiras obtidas pelos trabalhadores informais, pois os formais e os servidores públicos, por exemplo, já são tributados na fonte.

Somou-se à clamorosa – e criminosa – desinformação sobre a taxação das movimentações via Pix das pessoas físicas, açulada pelos bolsonaristas, a ameaça que representaria a esse grande universo de trabalhadores que estão fora da CLT, cuja renda média é bem inferior à dos com carteira assinada. Embora a mudança não tenha significado a criação de um novo imposto, trabalhadores autônomos rebelaram-se também com a decisão da Receita.

Dados de 2024 mostram que o rendimento médio dos trabalhadores informais foi de R$ 2.182,00, ou seja, pouco mais que 1 salário mínimo. Muitos, no entanto, conseguem uma renda superior a essa, sendo objeto de imposto se ultrapassar, no ano, R$ 30.639,90, ou seja, menos de R$ 3 mil mensais, valor inferior a 2 mínimos.

Quem são esses trabalhadores?

Hoje, a taxa de informalidade, no Brasil, já atinge quase 40% dos trabalhadores que se encontram no mercado de trabalho. No início dos anos 2000, representavam 28%. São milhões de pessoas que buscam sobreviver através de pequenos negócios e serviços, destituídos da rede de proteção social dos trabalhadores formais – aposentadoria, férias, FGTS, etc.

Trata-se do perverso e, aparentemente, irrefreável processo de uberização, de pejotização da economia nacional, pela ausência de uma política desenvolvimentista capaz de gerar empregos seguros e decentes, especialmente na indústria, amparados pela CLT, que os neo e ultraliberais insistem em continuar retalhando para suprimir direitos (vide a contrarreforma trabalhista de Temer de 2017).

As fake news sobre as transações via Pix para todas as transações das pessoas jurídicas foram turbinadas e amplificadas por essa situação econômica que vem se agravando pela ausência de uma condução desenvolvimentista na economia, diante da obsessão do ministro Fernando Haddad de, sob o manto do novo arcabouço fiscal, atingir o déficit zero, primário, obviamente, pois o nominal, as despesas com os juros da dívida, que já chegam a quase R$ 1 trilhão, no acumulado de 12 meses, é, como diria o filósofo Magri, imexível, para deleite da banca e dos rentistas em geral.

Continua: https://horadopovo.com.br/governo-recua-na-regra-do-pix-politica-de-deficit-zero-abriu-as-portas-para-as-fake-news/

Escreva para o HP
horadopovo@horadopovo.com.br

HORA DO POVO
é uma publicação do
Instituto Nacional de
Comunicação 24 de agosto
Rua Mazzini, 177
Cambuci - CEP: 01528-000
São Paulo-SP
E-mail: inc24agosto@gmail.com
C.N.P.J 23.520.750/0001-90

Editor-Geral: **Clóvis Monteiro Neto**
Redação: fone (11) 2307-4112
E-mail: horadopovo@horadopovo.com.br
E-mail: comercial@horadopovo.com.br
E-mail: hp.comercial@uol.com.br
Redação: Rua Mazzini, 177 - São Paulo - CEP: 01528-000

Sucursais:
Rio de Janeiro (RJ): IBCS - Rua Marechal Marques Porto 18, 3º andar, Tijuca - Fone: (21) 2264-7679
E-mail: hprj@oi.com.br
Brasília (DF): SCS Q 01 Edifício Márcia, sala 708 - CEP 70301-000
Fone-fax: (61) 3226-5834 E-mail: hp.df@ig.com.br
Belo Horizonte (MG): Rua Mato Grosso, 539 - sala 1506 Barro Preto CEP 30190-080 - Fone-fax: (31) 271-0480
E-mail: horadopovomg@uol.com.br
Salvador (BA): Fone: (71) 9981-4317 -
E-mail: horadopovobahia@oi.com.br
Recife (PE): Av. Conde da Boa Vista, 50 - Edifício Pessoa de Melo, sala 300 - Boa Vista - CEP 50060-004
Fones: (81) 3222-9064 e 9943-5603
E-mail: horadopovope@yahoo.com.br
Belém (PA): Avenida Almirante Barroso/Passagem Ana Deusa, 140 Curió-Utinga - CEP 66610-290. Fone: (91) 229-9823
Correspondentes: Fortaleza, Natal, Campo Grande, Rio Branco, João Pessoa, Cuiabá, Porto Alegre, Florianópolis e Curitiba.

www.horadopovo.com.br

Lula: “após tanta destruição, cessar-fogo traz esperança”

Ricardo Stuckert/PR

“Um cessar-fogo em Gaza foi finalmente negociado”, comemorou o presidente

Nos últimos 15 meses o governo israelense vem cometendo um grande genocídio contra a população palestina. Seu regime já assassinou 50 mil pessoas

O presidente Lula afirmou na quarta-feira (15) que a negociação para o cessar-fogo na Faixa de Gaza é um avanço importante para a construção de paz e estabilidade no Oriente Médio.

Lula destacou o impacto positivo da interrupção dos ataques de Israel à população de Gaza e da libertação de reféns, mas ressaltou a necessidade de buscar uma solução duradoura para a região.

Nos últimos 15 meses o governo israelense vem cometendo um verdadeiro genocídio contra a população palestina. Seu regime já assassinou 50 mil pessoas, grande parte delas, mulheres e crianças.

Não satisfeito, o ditador Benjamim Netanyahu ordenou o bombardeio de escolas, igrejas e hospitais e destruiu praticamente toda a infraestrutura da Faixa de Gaza. Quase dois milhões de pessoas foram expulsas de seus lares, estão sem alimentos e remédios e seguem sendo bombardeadas.

“Após tanto tempo de sofrimento e destruição, a notícia de que um cessar-fogo em Gaza foi finalmente negociado traz esperança. Que a interrupção dos conflitos e a libertação dos reféns ajudem a construir uma solução duradoura que traga paz e estabilidade a todo Oriente Médio”, afirmou o chefe do Executivo.

Lula reiterou a posição do Brasil em defesa da solução de dois Estados, com a criação de um Estado palestino independente e viável, coexistindo em paz com Israel dentro das fronteiras de 1967. “A estabilidade no Oriente Médio passa pela retomada de um diálogo sincero e comprometido. É fundamental garantir condições dignas para todos os povos da região e respeitar os direitos de cada nação”, destacou o presidente.

Pouco antes da manifestação de Lula, o Palácio do Itamaraty (Ministério das Relações Exteriores) divulgou uma nota celebrando o cessar-fogo. Leia a nota na íntegra:

Nota do Itamaraty

O governo brasileiro tomou conhecimento, com grande satisfação, do anúncio, pelos governos do Catar, do Egito e dos Estados Unidos, de cessar-fogo na Faixa de Gaza. Se confirmado oficialmente pelas partes envolvidas, o acordo interrompe conflito que, em 15 meses, vitimou fatalmente mais de 46 mil palestinos, com grande proporção de mulheres e crianças, e mais de 1.200 israelenses, além de mais de 160 jornalistas e 265 funcionários das Nações Unidas. O conflito causou ainda o deslocamento forçado de centenas de milhares de pessoas e a destruição da infraestrutura do território palestino, incluindo hospitais e escolas, gerando danos indiretos incalculáveis para gerações atuais e futuras.

O Brasil exorta as partes envolvidas a respeitarem os termos do acordo e a garantirem a cessação permanente das hostilidades, a libertação de todos os reféns e a entrada desimpedida de ajuda humanitária a Gaza, assim como a assegurarem as condições necessárias para o início do urgente processo de reconstrução de sua infraestrutura civil.

O Brasil apela pela retomada imediata do processo de paz entre israelenses e palestinos e reitera seu compromisso com a solução de dois Estados, com um Estado da Palestina independente e viável, vivendo lado a lado com Israel, em paz e segurança, dentro das fronteiras de 1967, que incluem a Faixa de Gaza e a Cisjordânia, tendo Jerusalém Oriental como sua capital.

Divulgação

Rocha, presidente da Comissão de Integração

“Um disparate Lira ser dono de um terço das emendas; vou falar tudo à PF”, afirma deputado

O deputado José Rocha (União-BA), presidente da Comissão de Integração Nacional, afirmou que vai “falar tudo” o que sabe sobre a fraude de Arthur Lira (PP-AL), presidente da Câmara, na destinação das emendas de comissão à Polícia Federal.

“Fui convidado pela Polícia Federal para prestar meu depoimento sobre as emendas. Vou lá sim e vou falar tudo que eu sei. Tudo”, disse ao site Bahia Notícias na quarta-feira (14).

A Polícia Federal está investigando a destinação irregular de R$ 4,2 bilhões em emendas de comissão, após Arthur Lira realizar uma manobra para esconder o nome dos parlamentares responsáveis pelas indicações, cuja identificação era exigida pelo Supremo Tribunal Federal (STF).

Ao invés de mostrar quem fez cada indicação, Lira colocou a assinatura de 17 líderes partidários. Além disso, as comissões envolvidas sequer se reuniram para aprovar a destinação das emendas. Os pagamentos foram suspensos por ordem do ministro do STF Flávio Dino.

José Rocha contou que Arthur Lira tentou mandar nas emendas da Comissão de Integração Nacional, destinando quase R$ 320 milhões para seu Estado, Alagoas.

“O que é que me leva a suspeita? É que o senhor Arthur Lira, na relação que mandou para a minha comissão, a Integração Nacional, só na minha comissão ele mandou 320 milhões para serem destinados a Alagoas”, relatou o parlamentar.

“Isso corresponde a um terço de todo o recurso da emenda da comissão. Isso é um disparate, isso não tem porquê, por ele ser presidente da casa, ele se alvorar ser dono de um terço da destinação da emenda da comissão”, continuou Rocha.

“Imagina o que ele mandou para as outras comissões de saúde e de esporte, onde o ministro é do seu partido”, completou.

A Polícia Federal vai ouvir, além de José Rocha, os deputados Adriana Ventura (Novo-SP) e Glauber Braga (Psol-RJ) e o senador Cleitinho Azevedo (Republicanos-MG).

A corporação apontou que há relatos “no sentido de que ao menos parcela dessas emendas seria distribuída em desconformidade com as diretrizes procedimentais e regimentais”.

Presidente cobra comida mais barata na mesa do povo e puxa orelha de Haddad

O presidente Luiz Inácio Lula da Silva se reuniu com ministros na segunda-feira (20) na Granja do Torto, em Brasília. Ao abrir reunião, o presidente ressaltou que um dos pontos centrais do governo, para além do lema da união e reconstrução, é baratear o preço da alimentação. Além disso, ele defendeu que é preciso não deixar que o “país volte ao horror que foi o mandato do nosso antecessor”.

Ele falou sobre todo o período de reconstrução e destacou que a partir de 2025 “é necessário entregar ao povo brasileiro tudo aquilo que a gente prometeu, que ele espera de nós e que nós ainda não entregamos. O ano de 2025 é o ano da colheita. E nós não podemos falhar”, destacou.

“A gente trabalhou reconstrução e união, e agora a gente vai trabalhar reconstrução, união e comida barata na mesa do trabalhador, porque os alimentos estão caros. É uma tarefa nossa garantir que o alimento chegue na mesa do povo trabalhador, da dona de casa, na mesa do povo brasileiro, em condições compatíveis com o salário que ele ganha”, reconheceu o presidente.

O chefe do Executivo reforçou que o empenho será redobrado. “É essencial que todos tenham a noção de atender os anseios dos trabalhadores brasileiros”, afirmou. “Eu jamais reclamarei pelo fato de o povo nos cobrar. Eu reclamarei se a gente não tiver capacidade de entregar tudo aquilo que nós nos comprometemos”, prosseguiu Lula, destacando que está completamente recuperado e que vai trabalhar direto para cumprir tudo o que prometeu.

Ele enfatizou que sua principal motivação em 2025 é “não permitir, em hipótese alguma, que o país volte ao horror que foi o mandato do nosso antecessor; para que a gente garanta que a democracia vai prevalecer neste país”.

Disse, ainda, que o compromisso do governo deve ser, também, o de “atender as pessoas mais necessitadas, os mais pobres, o pequeno comerciante, os empreendedores, os pequenos e médios empresários, os nossos educadores e atender todas aquelas pessoas que querem trabalhar para o bem do Brasil”.

Lula criticou o anúncio feito pelo Ministério da Fazenda de que a fiscalização do PIX seria feita nas transferências acima de R$ 5 mil para pessoas físicas e R$ 15 mil para pessoas jurídicas. “Muitas vezes, a gente pensa que não é nada, mas alguém faz uma portaria, alguém faz um negócio qualquer, daqui a pouco arrebenta e vem cair na Presidência da República”, prosseguiu o presidente durante a reunião com os ministros.

Ele disse que os ministros têm que avaliar as consequências de suas decisões porque elas acabam na Presidência. “De agora em diante, nenhum ministro vai poder fazer portaria que depois crie confusão para nós sem que essa portaria passe pela Presidência da República através da Casa Civil”, afirmou Lula., Segundo o presidente, a equipe só poderá editar e publicar esse tipo de ato administrativo se passar, antes, pela Presidência da República.

O papel do Brasil na geopolítica internacional em 2025 também foi destacada por Lula. “A gente vai ter um desafio agora que vai ser o BRICS, em julho. Vai ter outro desafio que vai ser a COP30, em novembro. E a gente sabe que isso representará sempre a cara do Brasil no exterior. Quero agradecer àqueles que trabalharam para fazer um G20 extraordinário, certamente o melhor G20 já acontecido no mundo”, afirmou o presidente.

Ele desejou sorte para a presidência de Donald Trump, que tem início nesta segunda-feira, à frente dos Estados Unidos. “Dizem que haverá muitos problemas com a eleição do Trump. Eu torço para que ele faça uma gestão profícua, para que o povo brasileiro e o povo americano melhorem e para que os americanos continuem a ser um parceiro histórico do Brasil”, afirmou Lula.

AGU adverte Meta que mudança na verificação de dados é uma “violação da legislação brasileira”

A Advocacia-Geral da União (AGU) afirmou que as mudanças pretendidas pela Meta para permitir fake news e crimes de ódio fascista no Facebook, Instagram e WhatsApp representam “terreno fértil para violação da legislação e de preceitos constitucionais”.

O dono da Meta, Mark Zuckerberg, anunciou a intenção de trocar em suas redes sociais o programa de verificação de fatos pelas “notas da comunidade” para dar suposta “liberdade de expressão” aos usuários.

Questionada pela AGU, a empresa agora disse que as mudanças ocorrerão primeiro nos Estados Unidos para depois serem exportadas para o resto do mundo.

A AGU publicou uma nota declarando que “alguns aspectos constantes no documento da Meta causam grave preocupação na AGU e em órgãos do governo federal”. “Especialmente a confirmação da alteração e adoção, no Brasil, da Política de Conduta de Ódio que, à toda evidência, pode representar terreno fértil para violação da legislação e de preceitos constitucionais que protegem direitos fundamentais dos cidadãos brasileiros”.

A Advocacia-Geral da União avalia, ainda, que “os atuais termos de uso das plataformas, assim como as mudanças informadas agora pela Meta, não estão adequados à legislação brasileira e não são suficientes para proteção dos direitos fundamentais da cidadania”.

O orgão anunciou que será realizada, com data a ser marcada, uma audiência pública “para discutir os efeitos da nova política implementada pela Meta, o dever de cuidado das plataformas digitais” e outros temas referentes às mudanças pretendidas por Mark Zuckerberg.

No documento enviado ao governo brasileiro, a Meta disse querer que “as pessoas possam falar abertamente sobre os assuntos que importam para elas” e que as tentativas de moderação de conteúdo que ocorreram “se ampliaram” de forma exagerada até o ponto de limitar “debate político legítimo e, com frequência, impedindo a livre expressão que pretendemos viabilizar”.

Mark Zuckerberg está buscando se aproximar do governo de Donald Trump, que também conta com o apoio de Elon Musk, dono do Twitter, outro defensor da “liberdade de expressão” dos movimentos golpistas de extrema-direita.

A “liberdade de expressão” dos fascistas e assimilados é o extermínio da liberdade de expressão de toda a sociedade.

Itamaraty anuncia ampliação do BRICS com Nigéria, Cuba, Bolívia e mais seis países

O Ministério das Relações Exteriores do Brasil anunciou, na sexta-feira (17), a entrada de nove países, entre eles Nigéria, Cuba e Bolívia, no grupo de países parceiros do BRICS.

O Brasil, enquanto presidente do BRICS, anunciou a entrada da Nigéria no grupo de países parceiros ressaltando que o país tem “a 6ª maior população do mundo e a 1ª do continente africano, além de uma das maiores economias da África”.

“A Nigéria possui interesses convergentes com os demais membros do agrupamento, atuando ativamente no fortalecimento da cooperação do Sul Global e na reforma da governança global, temas prioritários para a atual presidência brasileira”, completa a nota publicada pelo Itamaraty.

A categoria de países parceiros foi criada na reunião de Cúpula do BRICS em Kazan, na Rússia. Esses países já podem participar das reuniões de cúpula e temáticas do grupo, mas ainda não são considerados membros pelos no BRICS.

Os novos países parceiros são: Belarus; Nigéria; Bolívia; Cazaquistão; Cuba; Malásia; Tailândia; Uganda; e Uzbequistão.

“Países parceiros são convidados para a cúpula, para a reunião de ministros das Relações Exteriores e podem integrar outros espaços de discussão do fórum, após consulta aos países membros e decisão por consenso. Essas nações podem ainda endossar as declarações de cúpula do Brics, [declarações] conjuntas dos ministros das Relações Exteriores do Brics, bem como outros documentos finais”, explicou o governo brasileiro em nota.

Segundo o documento, “mais de 30 nações já externaram interesse em participar do BRICS tanto na qualidade de membros como de parceiros”.

O BRICS já conta com a participação plena do Brasil, Rússia, Índia, China, África do Sul, Egito, Emirados Árabes, Etiópia, Irã e Indonésia. A próxima reunião da Cúpula ocorrerá em julho, no Rio de Janeiro.

O ingresso da Indonésia foi anunciado em 6 de janeiro. É o maior país da Asean, a Associação de Estados do Sudeste Asiático, com a quarta maior população do planeta, 280 milhões de pessoas, e é o sétimo em PIB-PPP, com US$ 2,3 tri.

Do ponto de vista histórico, a Indonésia é um dos proponentes do Movimento dos Não-Alinhados, desde a Conferência de Bandung de 1956. O convite à Indonésia havia sido aprovado em 2023 pela cúpula do Brics daquele ano mas, como o país estava em processo eleitoral, houve a opção de deixar a decisão final para o novo presidente, como aconteceu.

A sigla Brics corresponde às iniciais de Brasil, Rússia, Índia, China e África do Sul, países fundadores do grupo.

Michelle fica fora da posse e vai passear; Eduardo Bolsonaro também é barrado

A ex-primeira-dama Michelle Bolsonaro e o deputado Eduardo Bolsonaro (PL-SP) foram aos Estados Unidos, mas não participaram da cerimônia oficial de posse de Donald Trump no Capitólio. Ao invés disso, Michelle publicou fotos passeando pela capital Washington.

Eles saíram do Brasil com a promessa de representar Jair Bolsonaro, que foi impedido de viajar por conta do risco de fugir das investigações e porque não apresentou convite oficial.

Na noite de domingo (19), eles participaram de um jantar de gala. Já na segunda (20), dia oficial da posse, ficaram andando pelas ruas de Washington e fazendo filmagens na nevasca.

Nenhum dos dois mostrou de que forma assistiram à posse de Donald Trump, se é que eles acompanharam o evento. Uma fonte ligada a Eduardo informou que eles planejavam ir ao Heritage Foundation, uma organização de extrema-direita, para assistir através de um telão.

A deputada Bia Kicis (PL-DF), que também foi aos Estados Unidos, publicou uma foto acompanhando o discurso de Donald Trump pela televisão. Depois, fez uma postagem em um restaurante.

Marcel van Hattem (Novo-RS) também mostrou que acompanhou o evento pela TV.

A excursão bolsonarista contou com cerca de 20 deputados e lideranças. Alguns dos que não foram ao jantar de gala, na noite de domingo, foram a um comício.

O blogueiro Allan dos Santos, que está foragido nos Estados Unidos, apareceu em filmagens e fotos publicadas pelos colegas, como em um vídeo de Eduardo Bolsonaro e uma foto do Cabo Gilberto (PL-PB).

Allan dos Santos era dono e fundador do site Terça Livre, no qual publicava fake news sobre adversários políticos de Jair Bolsonaro e sobre as urnas eletrônicas, participando do esquema golpista montado no antigo governo.

Reprodução/Redes sociais

Deputado Eduardo Bolsonaro e Michelle foram passear nos EUA

Justiça retifica certidão de óbito de vítimas da ditadura

Carlos Danielli, um dos principais líderes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), preso e torturado no DOI-Codi em São Paulo está entre os que tiveram certidão alterada

A Justiça retificou a certidão de óbito de Carlos Danielli, um dos principais líderes do Partido Comunista do Brasil (PCdoB), preso e torturado nas dependências do Centro de Operações de Defesa Interna (DOI-Codi) em São Paulo durante a ditadura militar.

No novo documento, é reconhecido que a morte do dirigente comunista não foi uma "morte natural", mas sim uma "morte violenta, causada pelo Estado brasileiro no contexto da perseguição sistemática à população identificada como dissidente política do regime ditatorial instaurado em 1964".

Preso em 1972, sem mandado judicial e submetido a brutal tortura por mais de 70 horas, seus inquisidores para forçá-lo a delatar os nomes e endereços de lideranças comunistas, especialmente o presidente do PCdoB, João Amazonas, Carlos resistiu com bravura – e até com ironia. "É disso que vocês querem saber? Pois é comigo mesmo, só que eu não vou dizer", afirmou diversas vezes: "Só faço o meu testamento político".

Depois de enfrentar por três dias o sangrento martírio – e sem entregar nenhum companheiro, – Danielli faleceu aos 43 anos. "Anemia aguda traumática" foi a justificativa usada pelo 2º Exército no atestado de óbito para encobrir as circunstâncias criminosas da sua morte. A prática era recorrente na ditadura militar. O atestado foi assinado pelos legistas Isaac Abramovitc e Paulo de Queiroz Rocha.

Os depoimentos de Maria Amélia de Almeida Teles e César Augusto Teles, outros militantes políticos presos junto com ele, confirmaram que Carlos Nicolau Danielli morreu sob torturas na madrugada de 2 de janeiro de 1973, nas dependências do DOI-Codi em São Paulo.

"Foram apresentadas a mim e à minha esposa manchetes de jornais que anunciavam a morte de Carlos Danielli como tendo tombado num tiroteio com agentes policiais. Sob nossos protestos de que ele havia sido morto em consequência e a cabo das torturas que sofreu na OBAN, fomos ameaçados de termos o mesmo destino [...] E ficamos durante cinco meses incomunicáveis, certamente, por termos assistido ao brutal assassinato de Carlos Nicolau Danielli", relatou César Augusto, em depoimento ao Superior Tribunal Militar (STM).

"A violência que ele sofreu foi causada pelo Estado autoritário, um Estado ditatorial. Está escrito aqui. Isso é uma questão de justiça", diz Amelinha Teles.

A decisão que alterou oficialmente a versão da causa mortis do militante do PCdoB atende a uma resolução do CNJ (Conselho Nacional de Justiça) e vai reparar também essa injustiça contra outros 202 opositores da ditadura mortos durante o período em que vigorou o sangrento regime.

Os cartórios de todo o país estão sendo notificados para cumprir a decisão. A medida também obriga que os 232 desaparecidos durante o regime militar tenham, finalmente, direito a um atestado de óbito. E todos os registros devem indicar que essas pessoas foram vítimas da violência perpetrada pelo Estado. Foi a Comissão Nacional da Verdade quem reconheceu que o total de mortos e desaparecidos durante a ditadura é de 434.

Todos os registros devem indicar que essas pessoas foram vítimas da violência perpetrada pelo Estado. A Comissão Nacional da Verdade reconheceu que o total de mortos e desaparecidos durante a ditadura é de 434. Até então, as certidões de óbito das vítimas da ditadura só eram corrigidas após longas batalhas na Justiça.

Os familiares dos mortos não precisam comparecer ao cartório. "Elas serão contactadas no momento oportuno já com as certidões em mãos para que elas possam ter seu direito de reparação consagrado", afirma Gustavo Renato Fiscarelli, vice-presidente do Operador Nacional do Registro Civil.

Carlos Nicolau Danielli foi enterrado como indigente no Cemitério Dom Bosco, em Perus, na capital paulista. Após a promulgação da Lei de Anistia, seus familiares e amigos puderam sepultar seus restos mortais em Niterói (RJ), em 11 de abril de 1980.

Em nota, a Comissão Executiva do PCdoB ressaltou o papel Carlos Nicolau Danielli como dirigente partidário. "A decisão do CNJ [...] é resultado de um processo de luta que envolve partidos políticos, organizações sociais, familiares de mortos e desaparecidos, juristas e personalidades democráticas", destaca o partido, ao apontar uma correção à matéria do Jornal Nacional, da TV Globo, que chamou Danielli de "amigo do Partido Comunista do Brasil".

No documento, é reconhecido que a morte de Danielli foi uma "morte violenta, causada pelo Estado brasileiro no contexto da perseguição

Jorginho Mello expõe racismo e elogia cidade de Santa Catarina pela "cor de pele das pessoas"

O governador de Santa Catarina, Jorginho Mello (PL), expôs suas inclinações racistas, ao participar nesta quarta-feira (15), da abertura da 40ª edição da Festa Pomerana. O evento celebra as tradições alemãs no município catarinense, localizado no Vale do Itajaí. Segundo Mello, a cidade se destaca pela "cor de pele das pessoas". Pomerana é conhecido como "a cidade mais alemã do Brasil" e 80,3% de sua população é composta por brancos, segundo dados do Censo do IBGE de 2022.

"Pomerode se destaca pela cor de pele das pessoas"

A cidade surgiu a partir da imigração germânica para o Brasil no século XIX. Em 1863, imigrantes da Pomerânia fundaram uma colônia entre Blumenau e Joinville, que se emancipou em 1959 e se tornou município em 2000. Parte da população local ainda fala alemão.

"Pomerode", disse Mello, "se destaca pela beleza turística que tem, pelas casas enxaimel, pela cor da pele das pessoas, pela mistura, pelo que representa para todos nós". "Todas as pessoas que vêm para cá, voltam. É sinal de que gostou, é sinal de que faz a diferença na vida das pessoas".

As declarações do governador foram publicizadas pelo vereador de Florianópolis Leonel Camasão (Psol) que afirmou que "vamos acionar o procurador-geral da República para que seja proposta ação penal contra Mello por possível prática de racismo. Além disso, "também pretendemos levar o caso ao Superior Tribunal de Justiça para que o governador receba as consequências dessa fala possivelmente criminosa", antecipou.

Já o deputado André Janones (Avante-MG) publicou em suas redes: "O governador de Santa Catarina, Jorginho Mello, aquele mesmo que deu um tapinha na Micheque Bolsonaro, acaba de dizer em um evento que a cidade de Pomerode se destaca pela COR DA PELE DAS PESSOAS. Pomerode diz que é uma 'pequena Alemanha'... preciso fala mais nada, né?

Seguidores do parlamentar também criticaram Mello. "Enquanto isso, o Esgotão de Camboriú sofre com as chuvas. O governador está mais preocupado em lacrar pra horda racista".

O atual presidente do Serviço Brasileiro de Apoio à Micro e Pequena Empresa (Sebrae) e ex-deputado federal pelo PT em SC, Decio Lima, disse, pelo seu perfil no Twitter, que Mello "chocou o Brasil". Segundo Décio, "é inaceitável que, em pleno século 21, líderes políticos façam comentários que remetem à supremacia racial, ignorando a diversidade e a igualdade que devem ser os pilares de nossa sociedade"

"[...] O governador de Santa Catarina, Jorginho Mello, chocou o Brasil (e os catarinenses) ao fazer uma declaração extremamente lamentável sobre a cidade de Pomerode, dizendo que ela se destaca por conta da "cor da pele das pessoas".

"Racismo é crime, só falta se cumprir a punição", defendeu uma internauta. "Meu voto esse aí não levou. E também não voto em ninguém que ele apoie", destacou mais um internauta.

Em seu perfil no X, Jorginho Mello disse que o vereador do Psol distorceu a sua fala e acrescentou que adotará as medidas judiciais cabíveis. "Racismo é crime, e essa acusação não se aplica a mim", escreveu.

Protesto contra a privatização de escolas

TJ-PR suspende edital de Ratinho para privatização de escolas paranaenses

O Tribunal de Justiça do Paraná (TJPR) suspendeu o edital do programa Parceiro da Escola, que prevê a privatização da gestão de 82 instituições públicas de ensino no Estado. A sentença da juíza Diele Denardin Zydek, da 5ª Vara da Fazenda Pública, atende a um pedido liminar feito pelo Ministério Público do Paraná (MPPR) e foi publicada nesta quinta-feira (16).

A ação aponta a inconstitucionalidade da lei estadual que autorizou o Parceiro da Escola, aprovado em junho pela base de apoio ao Governo Ratinho JR. (PSD) na Assembleia Legislativa do Paraná (Alep). "Em análise superficial realizada nesta fase inicial da ação, constata-se que, em sua maior extensão, o Programa visa à transferência da gestão administrativa das escolas ao parceiro privado", diz a magistrada.

O que, segundo ela, "em princípio, não caracterizaria terceirização da atividade-fim, qual seja, o ensino público". No entanto, "da leitura do Edital impugnado e seus anexos, extrai-se que há obrigação de contratação, pelas empresas privadas parceiras, de professores e pedagogos quando a carga horária não for suprida por servidores efetivos", explicou Zydek.

A magistrada considerou que o edital viola a Constituição Federal ao prever a contratação de professores e pedagogos pelas empresas que assumiriam as escolas. "Neste ponto, entendo que o Programa extrapolou seu objetivo, que seria a transferência da gestão administrativa de unidades aos parceiros privados".

"[...] A contratação, por particulares, de professores e pedagogos além de ter conexão direta com a atividade-fim a ser prestada pelo Estado", continuou o texto, "viola os artigos 37, II e 206, V da Constituição Federal, que estabelecem a necessidade de concurso público o exercício de cargo de professor".

Três grupos empresariais assumiram as 82 escolas espalhadas pelo Paraná. Entre eles, uma empresa liderada por Jorge Paulo Lemann, um dos responsáveis pela falência do grupo Americanas. O valor dos contratos ultrapassa R$ 2,1 bilhões.

"A APP-Sindicato é contrária ao programa Parceiro da Escola por entender que, além de oferecer riscos para a garantia da qualidade do ensino, a iniciativa tira recursos públicos da educação para gerar lucro aos empresários escolhidos pelo governo. As empresas que forem selecionadas vão receber quase R$ 2 bilhões por ano, com lucro estimado em R$ 240 milhões", aponta a entidade em sua página.

Em nota, a Procuradoria-Geral do Estado informou que já prepara o recurso contra a decisão, que tem caráter liminar.

Exército barra evento de fascistas em Clube de Sargentos de Curitiba

O Exército proibiu que um grupo de bolsonaristas usasse o Clube dos Sargentos e Subtenentes de Curitiba, no Paraná, para atividades políticas.

O grupo pretendia criar um partido político "genuinamente de direita do Brasil", de acordo com a propaganda de seu site. O evento seria no dia 24 de janeiro. Em seu site oficial, o grupo se classifica como "o único partido genuinamente de direita do Brasil".

Segundo o Comando Militar do Sul, que vetou o evento, o estatuto do clube proíbe a realização de atividades político-partidárias no local. O Clube dos Sargentos e Subtenentes do Exército de Curitiba, que arrenda um imóvel da União, recebeu mais de R$ 4 milhões de repasses do governo federal. A associação, apesar de ser privada, está submetida à hierarquia do Exército.

O Comando Militar do Sul informou que o estatuto do clube, submetido ao Exército no ato do arrendamento, proíbe a realização de atividades político-partidárias no local. "O Comando da Guarnição de Curitiba determinou que não ocorra esse tipo de atividade nas dependências do clube", diz o comunicado.

Entre os bolsonaristas que queriam envolver o Exército no evento, está o advogado Levi de Andrade, responsável pela defesa dos fascistas que depredaram as sedes dos Três Poderes em Brasília no dia 8 de janeiro de 2023. Andrade já advogou, inclusive, para influenciadores bolsonaristas que cometeram crimes pelas redes, como o foragido da Justiça Oswaldo Eustáquio, atualmente morando na Espanha.

Um dos palestrantes do grupo simpatizante do fascismo seria José Carlos Bernardi, ex-comentarista da Jovem Pan e presidente do grupo Conservador. Ele foi alvo de investigação do Ministério Público, em 2021, depois de dizer, durante participação em um dos jornais da emissora, que o Brasil enriqueceria "se a gente matar um monte de judeus e se apropriar do poder econômico deles".

Polícia Civil prende o 16º PM acusado de participar da execução de delator do PCC

Neste sábado (18), a Polícia Civil prendeu um policial militar suspeito de ser o motorista do carro usado pelos atiradores na execução de Vinícius Gritzbach, delator do Primeiro Comando da Capital (PCC), no Aeroporto Internacional de São Paulo no ano passado. Ao todo, já são 16 PMs presos por envolvimento no caso.

O delator Gritzbach era acusado de envolvimento em esquemas de lavagem de dinheiro para a facção. Na delação premiada assinada com o Ministério Público, ele entregou o nome de pessoas ligadas ao PCC e também acusou policiais de corrupção.

O policial é o 1º tenente Fernando Genauro da Silva, de 33 anos. Ele foi preso em Osasco, onde mora. O PM foi levado para a sede do Departamento de Homicídios e de Proteção à Pessoa (DHPP) para prestar depoimento. Em seguida, foi encaminhado ao Presídio Romão Gomes da Polícia Militar. A operação que levou à prisão do PM teve o apoio da Corregedoria da Polícia Militar.

A Secretaria da Segurança Pública disse, em nota, que "as forças de segurança do estado são instituições legalistas e que nenhum desvio de conduta será tolerado. A força-tarefa criada para investigar o crime segue em diligências para identificar e punir todos os envolvidos".

A prisão dos outros 15 PMs aconteceu em uma operação na última quinta-feira (16). Quatorze deles faziam a segurança pessoal de Gritzbach. Outro PM foi preso acusado de ser autor dos disparos. A polícia ainda não sabe se o suspeito de ser o atirador tem relação com o grupo que fazia parte da escolta.

Além dos policiais militares, foi preso na sexta-feira (17) um suspeito de ter ajudado o homem apontado como "olheiro" que avisou aos atiradores sobre a chegada de Gritzbach ao aeroporto e que segue foragido. Uma modelo apontada como namorada do olheiro também foi presa.

O cruzamento de diversas investigações sobre a facção, inclusive sobre a morte de Gritzbach, também levou à prisão de quatro policiais civis em dezembro. Depois, um quinto policial que estava foragido se entregou.

Os principais suspeitos seriam pessoas ligadas a Cara Preta, morto em dezembro de 2021 após tomar um suposto golpe milionário de Vinícius Gritzbach, que lavava dinheiro para a facção por meio da compra e venda de imóveis. Ele foi acusado de desviar parte de um investimento de R$ 100 milhões do PCC em criptomoedas.

ROTA

Policiais da ROTA, tropa de elite da Polícia Militar de São Paulo, teriam atuado em parceria com o PCC na zona leste, repassando informações sobre investigações sigilosas e frustrando operações do Ministério Público de São Paulo contra algumas das principais lideranças da facção.

Entre elas, Silvio Luiz Ferreira, o "Cebola", apontado como "sintonia geral do progresso" e principal suspeito de ser o mandante do assassinato de Vinícius Gritzbach.

Os promotores do Gaeco foram informados pelo próprio Gritzbach, que na época já era jurado de morte pelo PCC, sobre uma reunião da cúpula da facção na casa do advogado Ahmed Hassan, conhecido como Mudi. No local, também estavam presentes outras importantes figuras ligadas ao crime organizado e a empresa de ônibus UpBus, usada para lavar dinheiro.

Em posse da informação privilegiada, o Gaeco procurou o Comando de Policiamento de Choque, responsável pela ROTA, pedindo que as equipes fossem até a casa do advogado para prender as lideranças do PCC.

Indígenas ocupam Secretaria de Educação do Pará contra aulas on-line para aldeias

Indignados contra cortes no financiamento da educação, indígenas de diversas regiões do Pará ocuparam nesta terça-feira (14) a sede da Secretaria de Estado de Educação do Pará (Seduc). Eles exigem a continuidade do Sistema Modular de Ensino (Some) na educação escolar indígena, que consideram fundamental para garantir o ensino nas aldeias. Pelo menos 100 manifestantes participaram da manifestação, segundo pais e outros responsáveis pelos estudantes.

O Some é uma modalidade de ensino que visa garantir o ensino médio em localidades distantes das sedes municipais. Com a descontinuidade do programa, as aulas presenciais em aldeias serão convertidas ao modelo online, levando ao fechamento de turmas para substituição pelo ensino à distância.

Segundo o Governo do Pará, trata-se de comunidades onde não há viabilidade para construir uma escola com a mesma estrutura daquelas do ensino regular por ter menos alunos. O sistema funciona como uma parceria, na qual o município fornece o espaço e a Seduc é responsável pelos professores, alimentação escolar e outros recursos pedagógicos, diz a gestão estadual.

Os indígenas ressaltam que, sem o programa, o governo está decretando "a morte da educação escolar indígena do Pará". De acordo com eles, não se trata "de um povo, é dos povos que moram no estado". "É da educação do campo também", enfatizam.

"Aula on-line não serve para a gente, porque muitos alunos não falam português", justifica Alessandra Korap, liderança Munduruku. "Isso é violação de direitos, é violação da nossa cultura", denuncia. "Nós não vamos desistir", sustenta.

Sindicato alerta que "fundação privada no IBGE colocará em risco setor estratégico do país"

O Sindicato Nacional dos Trabalhadores do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (AssIBGE) divulgou, nesta terça-feira (14), uma carta direcionada à comunidade científica e ao povo brasileiro alertando sobre perigos que a criação da fundação de direito privado "IBGE+", o chamado "IBGE Paralelo", representará para a soberania nacional e geoestatística brasileira. O AssIBGE cobrou da atual gestão a abertura ao diálogo e a interrupção do projeto.

A entidade alerta que "a criação de uma fundação de direito privado para gerir a 'inovação tecnológica' dentro do órgão, feita sem consulta aos quadros técnicos, à comunidade científica e à sociedade, abre um flanco perigoso e sem precedentes para a interferência de interesses privados no sistema geoestatístico nacional".

"Defendemos a previsão constitucional da produção de informações geocientíficas e estatísticas oficiais como atividades típicas de Estado e o fortalecimento do IBGE como órgão estratégico na defesa da democracia e da soberania nacional brasileira", disse a entidade em carta, destacando que a produção de estatísticas e informações geocientíficas oficiais é um elemento indispensável ao funcionamento do sistema democrático.

FALTA DE RECURSOS

O IBGE+ é uma instituição de caráter público-privado, criada com a justificativa de captar recursos do setor privado para a manutenção das atividades do órgão, incluindo a realização de pesquisas. Essa seria a forma encontrada pela presidência do IBGE, comandada por Márcio Pochmann, para suprir a falta de dinheiro público para manter a estrutura do órgão.

Para o sindicato, há outras formas de garantir financiamento sem que se abra precedentes para a intervenção de interesses privados na produção dos dados feitos pelo órgão.

"Quem paga a festa é que comanda a música, então, se houver financiamentos privados, pode ser que haja um tipo de que tentativa de interferência (…) a gente entende que, se o IBGE não tem um orçamento que possa suprir as necessidades, o presidente que deveria buscar junto ao presidente da República e ao Ministério do Planejamento do presidente da República, melhorar o orçamento", afirma Paulo Lindesay, diretor do AssIBGE em entrevista ao Jornal da Cultura.

A entidade destaca que "historicamente, na maioria dos países, as estatísticas oficiais constituem atividade típica de Estado, ou seja, não podem e não devem ser delegadas à iniciativa privada, sob o risco de comprometer o direito dos cidadãos à informação pública, gratuita e de qualidade, além de limitar a autonomia e a capacidade do interesse público em desenvolver as estatísticas nacionais".

"Estatísticas públicas construídas com qualidade técnica, isenção política, métodos consolidados e processos transparentes são fundamentais para orientar a ação dos governos, empresas, pesquisadores e população em geral, bem como para possibilitar a avaliação do desempenho dos governantes pelos cidadãos", diz a carta.

SETOR ESTRATÉGICO

A carta aponta, ainda, que na etapa atual do desenvolvimento histórico da humanidade, vivemos uma transição para uma economia com grande relevância da produção digital, em que dados e informações se tornam estratégicos para o desenvolvimento nacional e para disputas no cenário geopolítico e alerta para o risco da perda de controle sobre os dados produzidos, em especial diante da monopolização deste mercado.

"Apesar de abrirem importantes possibilidades para o aprimoramento da vida humana em diversas áreas, os fenômenos da digitalização e datificação, entretanto, têm envolvido um perigoso avanço de grandes corporações privadas transnacionais de tecnologia (Big Techs) sobre dados de interesse público", diz o documento.

"Transformados em mercadorias, dados que poderiam contribuir para a prosperidade de todos, tendem a ampliar processos de exclusão econômica e social. Além disso, amplia-se a assimetria entre os países do Norte e Sul Global à medida que dados estratégicos são extraídos e controlados pelas Big Techs sediadas em países estrangeiros", continua.

SOBERANIA NACIONAL

Neste cenário, a principal instituição estatística do país é fundamental para a garantia de soberania nacional e de salvaguarda de dados públicos de interesse da coletividade e da nação.

Entre os principais riscos elencados pelos trabalhadores do IBGE no documento estão: risco de captura da produção de informações estatísticas e geocientíficas por interesses privados, na medida em que a Fundação poderá atuar vendendo pesquisas e levantamentos ao setor privado; risco jurídico, já que a criação contrariou o entendimento jurídico predominante, segundo o qual a criação de uma fundação pública de direito privado demanda autorização em lei específica; risco à autonomia do IBGE, na medida em que a Fundação permite a contratação ilimitada de pessoas externas em cargos de livre nomeação e risco à credibilidade do IBGE, já que o IBGE+, composto por pessoas externas ao verdadeiro IBGE, poderá produzir pesquisas e levantamentos sem os padrões de qualidade e independência do IBGE.

Por fim, a entidade destaca que a criação do IBGE Paralelo foi feita sem diálogo com os trabalhadores técnicos, com a comunidade científica e com a população em geral. "A criação da fundação de direito privado intitulada de IBGE+ pela gestão Pochmann pegou todo o corpo técnico do IBGE de surpresa", diz o documento.

"Assim, em virtude das consequências da Fundação IBGE+ para o IBGE de verdade e para o país, ASSIBGE-SN convoca toda a sociedade, em especial a Comunidade Científica, para debater os impactos da privatização das estatísticas nacionais e lutar por um IBGE que produza informações públicas, gratuitas e de qualidade", conclui a carta.

Governo apoiará projeto de lei que regulamenta contribuição sindical

Divulgação

Taxa deverá ser estendida a toda a categoria, beneficiária de acordos coletivos

Medida foi anunciada durante entrevista pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho

O governo federal anunciou que irá apoiar um projeto de lei de autoria do deputado federal Luiz Gastão (PSD) que irá regulamentar a contribuição dos trabalhadores aos sindicatos, vinculada a acordo ou convenção coletiva, a chamada contribuição confederativa ou taxa negocial, já prevista em lei.

Conforme anunciado pelo ministro do Trabalho e Emprego, Luiz Marinho, o PL está em fase final de elaboração e deve ser apresentado na Câmara dos Deputados em fevereiro. O projeto tem trechos resgatados de uma minuta feita pelo Ministério do Trabalho e Emprego em 2023.

De acordo com o deputado, que foi validado para apresentar o projeto tanto pelo governo como pelas centrais sindicais, o texto deve alcançar as demandas dos sindicatos e também do setor empresarial. Luiz Gastão é um dos coordenadores da frente parlamentar do empreendedorismo na Câmara dos Deputados e faz parte de um grupo informal formado por sindicatos e confederações patronais.

Entre os pontos da minuta elaborada pelo ministério está a vinculação da contribuição sindical aos acordos de reajuste salarial entre patrões e empregados, intermediados por sindicatos.

Em entrevista, o ministro Luiz Marinho defendeu que todos devem contribuir, já que a partir dos acordos todos se beneficiam. O imposto sindical foi extinto após a reforma trabalhista de 2017, abalando drasticamente a estrutura dos sindicatos e enfraquecendo a luta dos trabalhadores por melhores salários e condições de trabalho.

A proposta tem como base decisão Supremo Tribunal Federal (STF), que, em 2024, reconheceu a contribuição ou taxa assistencial ou negocial e que a mesma deve pode ser estendida a todos os trabalhadores integrantes de uma categoria profissional, mesmo os não sindicalizados, pois eles também são beneficiários dos termos das convenções e acordos coletivos.

"Foi correto abolir o imposto obrigatório, que existia independentemente de benefícios. Mas um acordo coletivo deve ser sustentado por toda a categoria", disse o ministro. Conforme o Marinho, é como em um condomínio, "se a assembleia aprova uma modernização, todos pagam, mesmo os que foram contra."

Ainda segundo o ministro, o projeto, que deve enfrentar bastante resistência no Congresso para ser aprovado, vai depender de ampla articulação e de ajustes que atendam parlamentares e sindicatos.

Divulgação

Sindicato do Rio Grande do Sul denuncia demissão em massa na Corsan privatizada

Os trabalhadores da Companhia Riograndense de Saneamento (Corsan) estão enfrentando uma onda de demissões após o encerramento do prazo de estabilidade de 18 meses depois que a empresa de saneamento foi privatizada, em 2022.

O leilão da Corsan, realizado pelo governador Eduardo Leite, quando a Aegea arrematou a empresa, foi amplamente repudiado pela população e questionado em diversas ações na Justiça.

De acordo com o Sindicato dos Trabalhadores nas Indústrias da Purificação e Distribuição de Água e em Serviços de Esgoto do RS (Sindiágua/RS), cerca de 200 trabalhadores já foram desligados até terça-feira (14), inclusive dirigentes e delegados sindicais, integrantes da Comissão Interna de Prevenção de Acidentes (Cipa) e funcionários em pré-aposentadoria.

Segundo a empresa, foi iniciada a "redefinição do quadro de colaboradores" como medida estratégica que integra o processo de adequação à gestão privada.

"Trabalhamos incansavelmente para que a privatização não acontecesse. Sabemos que a lógica da empresa privada é isso, demissão em massa dos trabalhadores em dois ou três meses depois do processo consolidado", afirma o presidente do Sindiágua, Arilson Wünsch. "Graças à luta coletiva da categoria, conseguimos estender a estabilidade por 18 meses, uma estabilidade considerada inédita tratando-se de privatizações no Brasil e com a possibilidade de conversão em indenização, caso assim o empregado optasse, e percebemos que muitos optaram por esse caminho", complementa o sindicalista.

O sindicato está orientando os trabalhadores com algum tipo de estabilidade para que não assinem o formulário de demissão, coloquem duas testemunhas e procurem a direção sindical. "Ainda estamos analisando todas as possibilidades jurídicas, mediante o número elevado de desligamentos ocorridos de uma única vez", destacou.

Para o sindicato, a Aegea, que venceu 7 dos 13 últimos leilões da área no Brasil, "vem fazendo caixa e ampliando seus lucros às custas da população das dezenas de cidades onde atua, com altas tarifas cobradas pela água, o que vem sendo alvo de ações judiciais em alguns locais".

"171" da Veja defende sufoco financeiro da estrutura sindical

Em matéria publicada na revista Veja, no dia 14 de janeiro, o jornalista José Casado estranhou o fato de que "Lula vai tentar, de novo, aprovar uma legislação impondo aos trabalhadores o financiamento dos sindicatos".

Para o jornalista, "o governo tenta obrigar trabalhadores a financiar a estrutura sindical". Diz ainda que "imposição de nova forma de financiamento é para satisfazer clientela política do sindicalismo", mas que "tende a ser vista como mais tributação sobre o salário".

A contribuição sindical para todos os trabalhadores foi criada por Getúlio Vargas, em julho de 1940, três anos antes de promulgada a CLT – uma das legislações trabalhistas mais avançadas do mundo.

Junto com a Justiça Trabalhista e a unicidade sindical (um único sindicato por categoria e acordo coletivo extensivo a todos os trabalhadores), a contribuição fazia parte da rede de proteção aos trabalhadores. A contribuição sindical tinha como objetivo fortalecer o lado dos trabalhadores na fiscalização do cumprimento da legislação trabalhista e garantir novas conquistas nos acordos coletivos.

Como disse Zeca Pagodinho, é bom ficar com "um olho no peixe outro no gato". Temer, que extinguiu a contribuição sindical, foi também quem quase acabou com o direito à aposentadoria. Aliás, Bolsonaro aproveitou o clima e revogou mais de 100 artigos da CLT.

Um, quando presidente, industrializou o Brasil, criou o salário mínimo capaz de sustentar uma família de 4 pessoas; os outros dois promoveram a desindustrialização do país, que regrediu a uma economia exportadora de commodities.

Para a matéria da Veja, "é questão polêmica no Congresso (a contribuição sindical para todos) por várias razões, uma delas é a perpetuação de uma estrutura sindical dependente do governo, como ocorre há quase um século".

Casado devia ter evitado falar "de corda na casa de enforcado". Não existe independência política e ideológica sem indústria, sem emprego, sem salário digno, sem direitos, sem mercado interno, sem educação de qualidade, sem saúde. O Brasil, seu povo, os trabalhadores e principalmente gente com a mente colonizada que nem desse jornalista ficaram muito mais dependentes das grandes potências e dos monopólios durante os governos Temer e Bolsonaro, que extinguiram a contribuição sindical.

Os trabalhadores, para espanto do Casado, foram muito mais livres e independentes nos governos de Getúlio, JK e Lula. A contribuição sindical fortalece a independência sindical perante o governo e os patrões, pela razão simples que fortalece os sindicatos.

O jornalista da Veja quer "vender gato por lebre". Quer aparecer como paladino dos salários, quando é o contrário. Até ele reconhece "que esse é um problema prioritário para a representação sindical trabalhista, que perdeu quase metade da receita, em alguns casos até dois terços, desde a extinção do antigo imposto sindical".

Na verdade, o governo Lula está atrasado nessa questão. Fortalecer os sindicatos e a organização dos trabalhadores será decisivo para derrotar o colonialismo no Brasil. Ou seja, apesar da onda neoliberal, a resistência no terreno trabalhista continua grande.

CARLOS PEREIRA

HP — CHARGE DO ÉTON

Palestina desafia proibição de Israel e celebra a chegada dos libertados

Reuters

Deslocados à força, palestinos retornam

Após bombardear, por 3 horas, Israel anunciou início do cessar-fogo

Tem início o cessar-fogo. O anúncio pelo governo genocida de Israel foi feito no domingo às 11:22 (6:22, hora de Brasília) com quase três horas de atraso.

Israel, a mando do criminoso de guerra Netanyahu, seguiu bombardeando Gaza intensamente desde quarta-feira, quando o acordo de cessar-fogo foi anunciado e firmado e os "sedentos de sangue", como denunciou o Hamas, seguiram postergando a entrada em efeito do cessar-fogo até quase o meio-dia deste domingo, como só agora puderam confirmar os jornais israelenses Haaretz e Times of Israel.

O resultado é que o morticínio de 46.876 palestinos em 15 meses de massacre foi acrescido de mais 132 assassinados nestas últimas horas.

Romi Gonen foi a primeira israelense a ter sua liberação anunciada. Ela, Emily Damari e Doron Steinbrecher chegaram a Israel no domingo.

Conforme denucia o Movimento de Resistência Islâmica (Hamas) Israel, sob o governo fascista encabeçado por Netanyahu tem feito tudo e segue ameaçando retomar os bombardeios a qualquer momento mostrando a fragilidade do acordo que além de suspender as mortes diuturnas durante estes 15 meses, deve permitir a entrada diária de 600 caminhões de socorro humanitário em Gaza até aqui sitiada pelas tropas israelenses.

Também está prevista a libertação de 1.700 prisioneiros palestinos, o que dá a dimensão da vitória da Resistência Palestina, somando-se a isso o desmascaramento da real natureza do regime de apartheid, extermínio e opressão de Israel.

O que aponta para a obrigação mundial que agora pesa sobre todos os governos do Planeta para que, com mais de sete décadas de atraso, seja plenamente reconhecido o Estado da Palestina, livre da ocupação e agressão israelense, como fator decisivo para a paz na região.

Jornalista é expulso da coletiva com Blinken ao questionar os crimes dos EUA em Gaza

"Criminoso!", disse ao Secretário de Estado Antony Blinken, o jornalista Sam Husseini quando os seguranças o retiravam à força da sala

O jornalista estadunidense Sam Husseini, de origem palestina, foi retirado à força de uma coletiva de imprensa realizada pelo secretário de Estado dos EUA, Antony Blinken, na quinta-feira (16) após questionar o ministro sobre a guerra em Gaza e mencionar investigações da Anistia Internacional, provocando uma reação imediata dos seguranças, arautos da "liberdade de imprensa" no país.

A situação começou quando Husseini afirmou que o porta-voz do Departamento de Estado, Matthew Miller, havia lhe comunicado que o secretário não responderia às suas perguntas.

Durante sua intervenção, Husseini mencionou a investigação da Anistia Internacional, que concluiu em dezembro que Israel cometeu genocídio contra palestinos em Gaza. Ele também perguntou: "Você sabe sobre a Hannibal Directive?".

O vídeo mostra Blinken pedindo a Husseini para "respeitar o processo" enquanto policiais agarravam seus braços, o levantando da cadeira. O jornalista resistiu segurando a mesa, onde estavam seu computador portátil, caderno, telefone e outros objetos.

A Hannibal Directive é uma diretriz militar das Forças de Defesa de Israel (IDF), com o objetivo de prevenir a captura de soldados israelenses por forças adversárias a qualquer custo, incluindo ações que poderiam colocar a vida do próprio soldado em risco.

O nome faz alusão ao general cartaginês Aníbal Barca, conhecido por adotar estratégias implacáveis. A política teria sido implementada por Tel Aviv nos anos 1980. Embora nunca tenha sido oficialmente confirmada ou escrita como um protocolo formal, a diretriz é frequentemente mencionada em discussões sobre as ações da IDF em situações de combate e sequestros. Críticos alegam que a Hannibal Directive pode levar a situações onde forças israelenses realizam bombardeios ou operações agressivas, mesmo com o risco de atingir seus próprios soldados, para evitar que caiam vivos nas mãos do inimigo.

Em resposta, Husseini afirmou: "Respeite o processo? Todo mundo, da Anistia Internacional à CIJ [Corte Internacional de Justiça] falando que Israel está cometendo genocídio e extermínio, e você está me dizendo para respeitar o processo? Criminoso! Por que vocês não estão em Haia?". Enquanto era retirado, ele ainda exclamou: "Tire suas mãos de mim".

Mais tarde, após o incidente, Husseini postou no X que havia sido "severamente maltratado" por tentar fazer perguntas sérias que o Departamento de Estado preferia não responder. "Tentei fazer uma série de perguntas. Eles me tiraram fora e me algemaram. Uso totalmente excessivo de força", frisou Husseini.

MAIS UM EXPULSO

O episódio com Husseini não foi o único durante a coletiva. Antes dele, outro jornalista, Max Blumenthal, editor do The Grayzone News, também foi expulso após questionar Blinken: "Por que você permitiu que meus amigos fossem massacrados?".

Blumenthal continuou: "Você acabou de ajudar a destruir nossa religião, o judaísmo, ao associá-la ao fascismo. […] Por que você permitiu que o Holocausto do nosso tempo acontecesse? Como é saber que seu legado é o genocídio?".

Blumenthal foi abordado por uma mulher da equipe de Blinken, que afirmou: "Sinto muito, mas vamos ter que pedir para você sair". O jornalista se levantou e tentou se aproximar do secretário, mas foi conduzido para fora.

Ammar Awada-Reuters

Palestinos libertados são recebidos com festa nas ruas de Ramallah

Ruas de Ramallah foram tomadas pela multidão que celebrou a chegada do ônibus que trazia os presos palestinos libertados

Tropas de Israel haviam passado os dias anteiores ao cessar-fogo e à primeira troca de prisioneiros israelenses e palestinos invadindo casas em Jerusalém e nas cidades palestinas da Cisjordânia para ameaçar os familiares dos presos de que se celebrassem o retorno deles a seus lares, supenderiam sua saída da prisão de Offer.

Na vã tentativa de abafar o sentimento de vitória que começa a se evidenciar com a recepção em festa dos presos políticos palestinos pelos amigos e familiares, as forças israelenses da ocupação ameaçaram extensamente a população e expediram proibição da comemoração da libertação dos presos.

Mas os palestinos rechaçaram a proibição ditatorial e lotaram as ruas de Ramallah em festa e cercando o ônibus que trazia os presos agora liberados agitando bandeiras palestinas, do Fatah, Hamas e da Frente Popular de Libertação da Palestina e enchendo o ar com palavras de ordem ecoando pela principal cidade cisjordana.

AMEAÇA DITATORIAL

Entre as restrições, soldados israelenses entraram em casas palestinas no domingo para dizer aos familitares dos presos que não se aproximassem dos veículos com os presos.

Além disso as lojas próximas à prisão de Offer – último estágio e local de onde os presos estão sendo liberados – tiveram de fechar as portas para diminuir a aglomeração.

Ao final do dia de domingo, familiares que se concentravam perto de Offer foram espancados e afastados do local por bombas de gás lacrimogêneo.

Jornalistas do portal Middle East Eye (MEE) contactaram uma família de preso, no bairro de Silwan, na Jerusalém árabe ocupada, para que dessem entrevista e foram informados de que a família foi visitada e proibida de falar com a imprensa.

A polícia israelense – informa o MEE – invadiu diversas casas de presas em Jerusalém para ameaçar que bastaria erguerem bandeiras palestinas diante de suas casas para comprometerem a libertação de suas familiares.

Também escureceram as janelas do ônibus destinado a trazer os presos livres da prisão de Offer para evitar fotos.

Outra medida seria a escolta policial israelense do ônibus com os presos o que, com a multidão cercando o ônibus, acabou se desmontando.

Enquanto o Hamas cumpriu o acordo e liberou as israelenses sob sua custódia perto das 19:00 do domingo, dia 19 (hora local), os presos palestinos e seus familiares tiveram de esperar até mais de 1:00 da madrugada da segunda-feira (20) para serem embarcados no ônibus do serviço prisional de Ofer em direção às cidades palestinas da Cisjordânia.

Os 90 presos liberados no início desta segunda-feira (20) fazem parte do acordo de cessar-fogo que estabelece a libertação – ao longo de mais de 40 dias – dos reféns israelenses sob custódia em Gaza e de cerca de 2.000 dos perto de 7.000 presos palestinos detidos nos cárceres que aprisionam os palestinos que lutam contra a ocupação e usurpação de seus territórios (particularmente na Cisjordânia palestina).

O cessar-fogo – cuja entrada em vigor estava prevista para as 8:30 da manhã deste domingo – foi atrasada em três horas, durante as quais as forças fascistas de Netanyahu seguiram bombardeando Gaza e "os sedentos de sangue", como o Hamas designa as tropas de Israel, mataram mais 19 palestinos no próprio dia de cessar-fogo que só entrou em vigor perto das 11:30.

CELEBRAÇÃO EM GAZA

O sentimento de vitória sobre a ocupação fez com que os palestinos de Gaza, apesar das perdas em casas e objetos e em vidas de entes queridos, tomassem as ruas com bandeiras palestinas a celebrar a suspensão do massacre como vinha sendo exigido em manifestações massivas por todo o Planeta solidário com o povo palestino.

Trump diz que vai parar declínio dos EUA atacando México, Panamá e imigrantes

Chip Somodevilla/AFP

Bravatas de D. Trump atestam a decadência do regime

Eleito uma segunda vez com um slogan que é em si uma confissão da decadência que aflige os EUA, "Make America Great Again", Donald Trump tomou posse nesta segunda-feira (20), prometendo uma nova "Era de Ouro", a ser concretizada com muro com o México, caça aos imigrantes e assalto ao Canal do Panamá – além da anexação da Groenlândia e Canadá, mudança do nome do Golfo do México para 'Golfo da América' e aumento da "taxa de proteção" aos países vassalos de 2% para 5% do PIB.

"A América [Estados Unidos] recuperará seu lugar de direito como a maior, mais poderosa e mais respeitada nação da Terra – inspirando o espanto e a admiração do mundo inteiro", disse Trump.

"Vou assinar uma série de ordens executivas para restaurar completamente a América. Primeiro, vou declarar uma emergência nacional na fronteira sul. Toda entrada ilegal será interrompida e começaremos a retornar os milhões e milhões de criminosos para onde eles vieram."

Quanto ao Canal do Panamá, Trump alegou que o Panamá "quebrou uma promessa, violando navios americanos, sobretaxados", acusou a China de "operar" o canal e prometeu que "tomaremos de volta".

"Daqui a pouco, mudaremos o nome do Golfo do México para Golfo da América", voltou a bravatear.

No discurso, Trump também asseverou que os EUA voltarão a ser um país "que expande o seu território". Autoridades do Canadá, México, Dinamarca/Groenlândia e Panamá já manifestaram seu repúdio a tamanha arrogância e desrespeito à lei internacional.

Trump também ameaçou impor sobretarifas aos demais países e anunciou a criação de um novo órgão governamental: "Vamos impor tarifas sobre países estrangeiros para enriquecer nosso país, estabelecendo o Serviço de Receita Externa".

"Os dias de declínio dos EUA acabaram", asseverou Trump, como se a parcela do PIB global que cabe aos EUA não tivesse caído de 21% para 16% e os monopólios privados norte-americanos não tivessem passado as últimas décadas desindustrializando o país, a ponto da produção industrial dos EUA mal chegar à metade da produção industrial chinesa.

Nesse contexto de declínio, a desdolarização entrou na ordem do dia após os EUA sancionar um terço dos países do mundo e, especialmente, a Rússia, uma superpotência nuclear, ameaçando assaltar seus ativos. E quando os Brics já incluem 55% da população mundial e sua parcela do PIB global em paridade de poder de compra ultrapassa a do G7, o clube das potências imperialistas e ex-coloniais que Washington encabeça.

A cerimônia aconteceu em local fechado pela primeira vez em décadas devido ao clima frio na capital norte-americana, com Trump jurando no mesmo local ao qual, há quatro anos, enviara seus sequazes para tentar golpear o resultado da eleição. Trump também transformou sua foto numa delegacia da Geórgia, onde tivera de comparecer por causa do indiciamento por pedir ao chefe da apuração no Estado "me arruma aí 11 mil votos" – revisada mas com a mesma cara de pulha – na sua foto oficial do segundo mandato.

Puxa-sacos, doadores de campanha (e solícitos candidatos a parceiros na rapinagem que está sendo programada), convidados fascistas do porte de Javier Milei e Giorgia Meloni e magnatas das fake news, alguns deles recém convertidos à MAGA, serviram para demonstrar a cupidez e a mediocridade do entorno de Trump.

Na posse, o Brasil foi representado pela embaixadora Maria Luiza Viott. A China enviou para a cerimônia um vice-presidente. O choramingo insistente de Vladimir Zelensky para ser convidado e posar para uma foto não foi atendido por Trump, que diz que vai acabar com a guerra na Ucrânia e promete se reunir com Putin o mais cedo possível.

Em comício na véspera da posse, Trump havia prometido "acabar com a guerra na Ucrânia, com o caos no Oriente Médio e impedir a Terceira Guerra Mundial". Também tomou a iniciativa de telefonar para o presidente chinês.

Segundo a mídia, a enxurrada de ordens executivas de Trump pode incluir a cassação do direito de qualquer criança que nasce nos EUA de ter cidadania norte-americana, a pretexto dos pais serem 'imigrantes ilegais'.

Em grande medida, o retorno de Trump foi extremamente facilitado pela orgia de guerras promovidas por Biden – na Ucrânia e em Gaza -, e ao desastre econômico autoinfligido provocado pelas sanções contra a Rússia e sua energia barata. Aliás, em 2016, a opção preferencial de Obama por salvar o Citibank e deixar o povo à míngua no crash de 2008 explica em grande medida como a demagogia de Trump penetrou no Cinturão da Ferrugem, antes uma fortaleza dos democratas.

Para além do que Trump explicitou, organizações progressistas dos EUA denunciam que o chamado projeto 2025 ameaça abalar os alicerces da democracia nos EUA. Em sua campanha, Trump também defendeu o corte de impostos para os magnatas, enquanto seus partidários anunciaram ataques frontais aos programas sociais e à previdência social em nome de "conter a dívida", quando o grande item é o orçamento trilionário do Pentágono e suas guerras.

Nos últimos minutos de seu mandato, Biden deu perdão a 5 de seus familiares, mais aos integrantes do Comitê da Câmara que apurou a invasão do Capitólio, ao principal cientista do combate aocoronavírus Anthony Fauci e ao ex-chefe do Estado-maior, Mark Millei, que expôs o fascismo de Trump nos idos de 2020.

Dinamarca ironiza a bravata de Trump de 'ocupar Groenlândia': "Queremos comprar EUA"

Montagem do Sidney Morning Herald

Alucinação de Trump tem rechaço internacional

Após rejeitar a proposta hipotética de Donald J. Trump de comprar a Groenlândia, o governo da Dinamarca a ironizou, anunciando que estaria interessado em "comprar os Estados Unidos", como registrou o Borowitz Report, da conceituada revista The New Yorker. "Como dissemos, a Groenlândia não está à venda", disse um porta-voz do governo dinamarquês na sexta-feira. "Observamos, no entanto, que durante o regime Trump praticamente tudo nos Estados Unidos, incluindo seu governo, definitivamente estava à venda".

"A Dinamarca estaria interessada em comprar os Estados Unidos em sua totalidade, com exceção de seu governo", acrescentou o porta-voz.

Uma disposição fundamental da oferta de compra, disse o porta-voz, seria a realocação de Donald Trump para outro país "a ser determinado", com a Rússia e a Coreia do Norte citadas como possíveis destinos.

Se a oferta da Dinamarca pelos Estados Unidos for aceita, a nação escandinava tem planos ambiciosos para sua nova aquisição. "Acreditamos que, ao dar aos EUA um sistema educacional e assistência médica nacional, ele poderia ser transformado de uma vasta massa de terra em uma grande nação", disse o porta-voz, como citado por Andy Borowitz em sua coluna, apresentada por ele como uma "sátira das notícias".

Presidente Claudia Sheinbaum responde a Trump: "México é soberano, não é colônia de ninguém"

"O México não é colônia de ninguém", alertou a presidente Claudia Sheinbaum, em referência às declarações de Trump ameaçando países vizinhos, como na passagem em que diz que "o Golfo do México passará a se chamar Golfo da América".

A presidente mexicana também respondeu às ameaças de deportações em massa de migrantes dos Estados Unidos, anunciadas por Trump. "vamos, sempre, defender os mexicanos que vivem nos Estados Unidos".

Foram as declarações de Claudia desde a cidade de Puebla, quando reiterou seu compromisso de defender os mais de 30 milhões de mexicanos que vivem nos EUA desde governos anteriores, e que, como observou, contribuem todos os dias para que a economia daquele país avance.

Lembrou que em 2024, os migrantes mexicanos nos Estados Unidos enviaram 65 bilhões de dólares a suas famílias no México, o que representa 20% de sua renda, enquanto 80% permaneceram nos EUA, pagam impostos e impulsionam as economias de ambas as nações.

"Neste novo período que começa com o presidente Trump: primeiro, vamos defender os mexicanos lá. E se decidirem retornar ao México ou vierem para o México – nós vamos fazer tudo para que isso aconteça -, eles serão recebidos aqui de braços abertos", afirmou, destacando que o México desenvolveu um programa abrangente para sua defesa legal nos Estados Unidos e para garantir que, em caso de deportação em massa, os migrantes sejam recebidos com apoio social e promovendo o acesso ao emprego e o retorno às suas comunidades.

No discurso de posse, o agora presidente dos EUA disse que assinaria, ainda nesta segunda-feira, uma ordem executiva para declarar emergência nacional na fronteira dos EUA com o México. Também ameaçou expulsar "todos que entrarem de forma ilegal", além das já pronunciadas bravatas, a exemplo de mudar o nome do Golfo do México para Golfo da América.

"Quando o presidente López Obrador esteve no poder [2018–2024], ele chegou a um bom entendimento com o presidente Trump, e é por isso que eu acho que chegaremos a um bom entendimento, o diálogo ajuda", disse a presidente durante o discurso em Puebla.

"Mas, em todo caso, que se ouça claramente, que se ouça longe: o México não é colônia de ninguém, não é protetorado de ninguém, o México é um país livre, independente e soberano", enfatizou.

Sheinbaum lembrou o quão trabalhador é o povo mexicano, que não apenas impulsiona a economia nacional, mas também tem ajudado a economia dos Estados Unidos.

PIB da China cresce 5%, quase o dobro dos Estados Unidos

Aumento do consumo tem sido fundamental no crescimento chinês (Zuma Press)

Crescimento nas exportações leva a superávit recorde no comércio exterior: US$ 1 trilhão e contribui para o país atingir a meta proposta pelo governo sob a direção de Xi Jinping

O produto interno bruto da China expandiu 5% em 2024 – atingindo a meta de crescimento anual proposta pelo presidente Xi Jinping -, impulsionada por uma série de medidas que entraram em vigor gradualmente no ano passado e pela expansão recorde das exportações, dados oficiais mostraram na sexta-feira (17). O PIB chegou a 134,9 trilhões de yuans (US$ 18,4 trilhões) em 2024, de acordo com o Bureau Nacional de Estatística.

É um crescimento quase o dobro do dos Estados Unidos e mais de quatro vezes a média do G7, com a China, novamente, dando individualmente a maior contribuição entre todos os países para o crescimento global, 30%. Em valor agregado, a produção industrial da China cresceu 5,8% ano a ano em 2024, último ano de execução do 14º Plano Quinquenal.

No comércio mundial, a China atingiu um superávit de quase US$1 trilhão de dólares, em 2024, de acordo com dados divulgados na semana passada. Um recorde histórico de exportações e de superávit. As exportações tiveram crescimento de 7,1% anual, US$ 3,58 trilhões de dólares. Importações tiveram um aumento de 2,3% anual, de US$ 2,59 trilhões.

Em 1995, a China tinha apenas 3% das exportações mundiais de manufaturados, no início do mandato de Biden, sua participação havia subido para mais de 30%.

CORTES NOS JUROS

Os principais objetivos e tarefas do desenvolvimento econômico e social foram alcançados com sucesso, registrou em editorial o Global Times, que destacou que o BNE em sua avaliação do desempenho econômico da China em 2024 usou cinco vezes o termo "arduamente conquistado", numa referência à "situação complexa e severa de crescente pressão externa e dificuldades internas do ano passado" e às medidas de estímulo tomadas por Pequim. Corte nas taxas de juro, redução dos percentuais obrigatórios de reserva dos bancos, alocação antecipada de bilhões do orçamento de 2025 para projetos de construção, aumento do salário dos servidores públicos, programa de troca de bens de consumo subsidiado e alívio para os governos locais e desenvolvedores imobiliários.

"A economia nacional foi estável em geral, com progresso constante, e foram alcançados novos avanços no desenvolvimento de alta qualidade", apontou o relatório do Bureau Nacional de Estatísticas.

"Em especial, com um pacote de políticas gradativas implementadas oportunamente, a confiança social foi realmente fortalecida e a economia se recuperou de forma notável", indicou o relatório.

Como disse o chefe do NBS, Kang Yi, na conferência de imprensa, isso significa que "a força econômica, a força científica e tecnológica da China e o poder nacional abrangente saltaram para um novo nível". Significa também que o desenvolvimento do país assenta "numa base mais sólida, em melhores condições, bem como com mais dinamismo e maior resistência aos riscos".

A política chinesa de intensificar sua participação na alta tecnologia e na inovação (os "novos motores do crescimento"), ao mesmo tempo em que acelera a modernização das indústrias tradicionais, deu grandes frutos. A produção da China de veículos elétricos (nova energia), circuitos integrados e robôs industriais cresceu respectivamente 38,7%, 22,2% e 14,2%, enquanto o investimento em indústrias de alta tecnologia cresceu em 8 por cento. Ainda, a China, que em 2023, tinha se tornado o maior exportador de veículos do planeta, superando o Japão, consolidou em 2024 essa marca.

Registre-se que a China é o único país com indústrias em todas as categorias na classificação industrial da ONU e, na prática, é aquele que está criando a tecnologia para dar conta da mudança de matriz energética, em curso no mundo devido à crise ambiental, como placas solares, baterias e veículos elétricos, além do desenvolvimento de áreas de ponta como na computação quântica e na Inteligência Artificial.

"A China consolidou seu status como o maior exportador de mercadorias do mundo", disse Wang Lingjun, vice-chefe da Administração Geral das Alfândegas para a imprensa. A China atualmente é a maior parceira comercial de mais de 150 países, incluindo o Brasil. Números que evidenciam a fragilidade das políticas dos EUA e seus vassalos centrais de sabotarem o crescimento da economia da China com sanções, barreiras alfandegárias e outras artimanhas.

Já as vendas no varejo, uma medida-chave dos gastos do consumidor, cresceram 3,5% no ano, enquanto as vendas no varejo em dezembro aumentaram 3,7% em relação ao crescimento de 3% registrado um mês antes. O investimento em ativos fixos – um indicador de despesas em infraestrutura, máquinas e equipamentos – aumentou 3,2% em 2024. A taxa de desemprego urbano chegou a 5,1% em dezembro, contra 5% em novembro, de acordo com o BNE.

Frente a esse resultado, e ignorando a situação lastimável do G7, a mídia imperial incessantemente alega que a China está à beira do colapso, segundo uns por causa da "perda do bônus demográfico", para outros, por causa do setor imobiliário, do "subconsumo", do "excesso de capacidade" ou por causa do "desemprego juvenil". Ou prestes à "japonização", ainda que ninguém diga como Washington vai impor a Pequim um acordo de Plaza 2.0.

ESTATAIS

Como destaca o economista marxista britânico Michael Roberts, "as indústrias mais importantes da China são administradas por empresas estatais: finanças, energia, infraestrutura, mineração, telecomunicações, transporte e até mesmo algumas manufaturas estratégicas. O capital total das empresas com algum nível de propriedade estatal na China é de 68% do capital total de todas as empresas (40 milhões). A grande maioria das empresas chinesas na lista Fortune Global 500 são empresas estatais. As empresas estatais geram pelo menos 25% do PIB da China nas estimativas mais conservadoras, e outros estudos descobriram que elas contribuem para 30-40+% do PIB".

Ele também lembrou que, enquanto a taxa de juros do Fed está em 4,5%, na China, é 3%. A renda média real disponível nos EUA está estável desde 2019, enquanto aumentou 20% na China.

Leia a íntegra no site

Rússia e Irã assinam acordo abrangente por uma parceria estratégica de 20 anos

Os presidentes Vladimir Putin e Masoud Pezeshkian assinaram em Moscou na sexta-feira (17) um acordo de parceria estratégica abrangente Rússia-Irã de 20 anos, que cobre áreas que vão da desdolarização à energia, ao novo corredor de transporte norte-sul, à cooperação em defesa e contraterrorismo e, ainda na ciência, tecnologia e cultura.

Para os dois presidentes, o tratado visa criar condições para o desenvolvimento estável e sustentável das duas nações, ainda mais quando ambas se acham sob intensas sanções dos EUA e seus vassalos.

Ele enfatizou que as autoridades da Rússia e do Irã estão unidas no seu desejo de levar as relações bilaterais a um nível qualitativamente novo, acrescentando que as posições dos dois países na maioria das questões de política externa coincidem.

"Ambos os países realizam uma política externa independente e resistem conjuntamente às pressões externas, aos ditames e ao uso de sanções ilegítimas e com motivação política", destacou.

"Este documento verdadeiramente inovador visa criar um desenvolvimento estável e sustentável em toda a região da Eurásia", disse o presidente russo após a assinatura do acordo histórico com o Irã.

Putin considerou que as suas conversas com o seu homólogo iraniano foram "profundas", "úteis" e "construtivas" e afirmou que as relações entre o Irã e a Rússia se baseiam "nos princípios da igualdade e do apoio mútuo".

Para Pezeshkian, o reforço dos laços com a Rússia em vários setores irá contrariar as sanções e as exigências excessivas do Ocidente. "O Irã e a Rússia podem cooperar com os países vizinhos sob a forma de acordos Brics, Xangai e Eurásia. Não temos outra escolha senão fazê-lo, porque ambos os países estão sob embargo e os Estados Unidos procuram o unilateralismo, o que não é aceitável", assinalou.

Caracterizado por Putin como "sem precedentes", o histórico acordo estreita as relações entre Moscou e Teerã, ambos membros plenos dos Brics e da Organização de Cooperação de Xangai. Por sua vez, Pezeshkian chamou a Rússia de "nação fraterna" e disse que o acordo abre "um novo e grande capítulo nas relações bilaterais". Em 2021, o Irã já havia assinado outro tratado de âmbito estratégico de 25 anos com a China, também membro dos Brics.

MOEDAS NACIONAIS

Putin enfatizou que a Rússia e o Irã passaram quase completamente para o uso das moedas nacionais em transações mútuas e estão trabalhando na interconexão dos sistemas de pagamento. A cooperação inclui um projeto para a implementação de um gasoduto para o Irã, cujo volume de fornecimento pode chegar a 55 bilhões de metros cúbicos de gás por ano, e a conclusão do complexo de geração de energia nuclear de Bushehr, com mais duas unidades.

A partir do tratado, o Irã se incorpora no esforço da Rússia para criar o corredor internacional Norte-Sul, que chegue até à Índia. Nesse sentido, está em discussão a construção da linha ferroviária Resht-Astara, que ajudará a estabelecer uma logística contínua entre os países.

O presidente iraniano também destacou que o documento inclui o aumento do nível de intercâmbios, aproveitando as capacidades e possibilidades dentro da União Econômica Eurasiática (EEU), a união de cooperação e sinergia entre países ex-soviéticos, que é liderada pela Rússia.

Uma das pedras angulares do tratado é uma promessa de defesa mútua, segundo a qual, se um país for atacado, o outro não ajudará o agressor de forma alguma. Os dois países se comprometeram ainda com a resistência ativa às sanções, com as duas partes se negando a aderir a quaisquer sanções impostas por países terceiros uns contra os outros e a garantia de não implementar medidas coercitivas unilaterais. Rússia e Irã também realizarão esforços conjuntos contra a desinformação e propaganda negativa nos meios de comunicação.

Leia mais no site do HP

Milei demite 1.400 profissionais da Saúde

Milei anunciou a demissão de 1.400 trabalhadores do Ministério da Saúde e de hospitais públicos da Argentina, como parte de um chamado "processo de reestruturação" no setor de saúde.

Por meio de um comunicado divulgado na quarta-feira (15), o ministro da Saúde, Mario Lugones, argumentou que a medida responde a uma "otimização de recursos humanos" e se baseia na "identificação de irregularidades" – não identificadas – na contratação de pessoal durante a gestão anterior.

A devastadora "não renovação de contratos", que Milei chama de "motosserra", afeta também o Instituto Nacional de Serviços Sociais para Aposentados e Pensionistas (PAMI) e aos centros de saúde como o Hospital Espanhol, Hospital Bonaparte, Hospital Sommer, Hospital Posadas, O Hospital René Favaloro, o Instituto Nacional do Câncer, a Secretaria de Políticas Integrais sobre Medicamentos (Sedronar), entre outras instituições chaves para o bem-estar da população, informou o jornal La Nación.

Milei comemorou as medidas com uma mensagem publicada no X e outras redes sociais: "Saiam. Ainda estamos usando a motosserra".

"ESSA MOTOSSERRA CORTA VIDAS"

Na última terça-feira, profissionais de saúde já haviam realizado um protesto de "abraço" na sede do Ministério da Saúde contra o fechamento de programas de saúde em todo o país, incluindo aqueles de combate e prevenção à tuberculose, hepatite, hanseníase e HIV/AIDS.

E se mobilizam nas unidades de saúde afetadas. "À luz dos anúncios de demissões pelo Governo Nacional, informamos à comunidade que os trabalhadores do Hospital Bonaparte estão em alerta permanente", anunciou a equipe da casa de saúde.

Horacio Boggiano, da Associação Metropolitana de Equipes de Saúde (AMES), exigiu que o Governo garanta que as "equipes do mais alto compromisso ético e profissional" que estavam à frente da coordenação nacional contra a tuberculose, não sejam eliminadas por uma questão de "simpatia ou alinhamento político" com o partido no poder.

"O governo nacional, nessa política que paradoxal e violentamente chama de 'motosserra', não percebe que essa motosserra não corta árvores, ela corta vidas", afirmou em entrevista à Rádio Splendid.

O representante sindical definiu esse tipo de medida, que resulta na falta de acesso gratuito a medicamentos em hospitais públicos, como "políticas suicidas". E ele descreveu o que acontece na saúde com um exemplo esportivo. "O que me importa se as medidas vêm de uma gestão anterior? Se eu fosse um novo treinador de futebol, não tiraria o Messi."

Leia mais no site da Hora do Povo

Biden é cúmplice do massacre de Israel em Gaza, afirma ex-diplomata dos EUA

"O criminoso apoio às atrocidades em Gaza perseguirá Blinken e Biden para toda a vida", diz a ex-diplomata norte-americana.

Agora que o cessar-fogo foi ratificado, é a hora dos membros do governo norte-americano serem chamados a prestar contas por terem garantido o fluxo de armas a Israel, apesar dos abusos dos direitos humanos em Gaza, afirmou a ex-diplomata que, após arguir Blinken e Biden pela continuação do envio de armas aos genocidas encabeçados por Netanyahu, renunciou ao cargo de diplomata na Secretaria de Estado em abril do ano passado.

"Biden passou por cima de normas do próprio EUA ao continuar armando Israel apesar dos fartamente documentados abusos dos direitos humanos em Gaza", declarou Hala Rharrit em entrevista ao jornal Al Jazeera.

"Biden e Blinken passaram, conscientemente, por cima das leis dos Estados Unidos", enfatizou Rharrit."- Quando eu me tornei uma diplomata eu jurei defender a Constituição, a qual eles menosprezaram ao continuar com o fluxo de armas, sabendo o quão catastrófico isso era", isso foi, prosseguiu.

"Para mim isso é imperdoável e é criminoso", denunciou a ex-diplomata.

Hala Rharrit renunciou diante dos crimes de Biden e Blinken (France 24)

Há diversas leis norte-americanas que proíbem a transferência de armas a países que abusam dos direitos humanos, incluindo o banimento de apoio em treinamento militar a países que bloqueiam socorro humanitário por Washington, como ocorreu em Gaza.

São leis que, diante dos crimes de guerra do próprio EUA contra governos independentes, só servem de fachada para esconder o aspecto ditatorial e de frequente lesa-hmanidade do regime norte-americano como acaba de se repetir na tentativa de extermínio televisionada e documentada.

Exemplo disso é a Lei Leahy pela qual os EUA não podem dar assistência militar a governos que – de forma documentada – exercem violações grosseiras de direitos humanos como assassinatos extra-judiciais, tortura e estupro, o que Israel tem feito como política de Estado.

Para evidenciar ainda mais a demagogia, a mentira e o cinismo do governo Biden, basta lembrar que aprovou diretriz política, através do Memorando 20, exigindo de "aliados" que recebem armas norte-americanas o fornecimento de garantias de que não as estão usando em violação dos direitos humanos internacionalmente garantidos.

Leia a íntegra em www.horadopovo.com.br

Bombeiros seguem tentando conter o avanço das chamas em Los Angeles (AFP)

EUA não consegue apagar incêndios na Califórnia

A segunda maior cidade norte-americana, Los Angeles, segue sob o pesadelo de incêndios florestais descontrolados, que já duram uma semana e destruíram 12 mil prédios, expulsaram 180 mil de suas casas, mataram pelo menos 24 pessoas e se estendem por 156 km2.

Os bombeiros de Los Angeles advertiram que a situação pode piorar nos próximos dias sob o "comportamento extremo do fogo e condições que ameaçam a vida", com rajadas de vento que podem atiçar as chamas e levar brasas para novas áreas. O Serviço Nacional de Meteorologia emitiu um "aviso de bandeira vermelha" para grande parte do sul da Califórnia e alertou que os condados de Ventura e Los Angeles enfrentam "o extremo de cenários climáticos extremos de incêndio".

A extensão do estrago é de aproximadamente do mesmo tamanho da capital norte-americana, Washington, e um oitavo do tamanho de Los Angeles ou cerca de 30.000 campos de futebol. Incêndios anteriores na Califórnia haviam atingido áreas muito menos povoadas. O número de mortos provavelmente aumentará à medida que as equipes realizarem buscas de casa em casa em bairros incendiados.

Os custos já superam $10 bilhões de dólares (R$60,9 bilhões de reais).

Mais de 100 mil pessoas foram evacuadas e mais 90 mil estão recebendo avisos de evacuação. As chamas já provocaram destruição no bairro historicamente de negros em 'Eaton' e em 'Pacific Palisades, bairro nobre de Los Angeles onde moram muitas celebridades de Hollywood.

Segundo o Instituto Médico-Legal do Condado de Los Angeles, oito corpos foram encontrados na região do incêndio em Palisades e 16 nos arredores do incêndio em Eaton. Os esforços intensos dos bombeiros retardaram parcialmente a propagação do incêndio em Palisades, que estava se aproximando da luxuosa área de Brentwood e do densamente povoado Vale de San Fernando, de acordo com as agências internacionais.

Leia mais no site do HP

O papel social da arte progressista (1)

[Este informe, do qual reproduzimos aqui alguns trechos, foi proferido em 1947 pelo dirigente Andréi Zhdanov, do Partido Comunista da União Soviética (PCUS). Publicado originalmente pela Revista Princípios, nº 8, maio/1984, pp. 45-50.]

ANDRÉI ZHDANOV

O dirigente soviético Andréi Zhdanov

Sabe-se que o leninismo assimilou todas as melhores tradições dos revolucionários democratas russos do século XIX e que nossa cultura soviética nasceu, desenvolveu-se e desabrochou graças à sua herança cultural do passado, sujeita à uma crítica aprofundada. No domínio da literatura nosso Partido reconheceu, mais uma vez, através das palavras de Lenin e Stalin, o importantíssimo papel dos grandes escritores e críticos revolucionários democratas – Belinski, Dobrolubov, Tchernychevsky, Saltykov-Tchedrin, Plekhanov. Começando por Belinski, todos os melhores representantes da intelectualidade revolucionária democrata não reconheciam a suposta "arte pura", "arte pela arte", e preconizavam a arte para o povo, sua alta significação ideológica e social. A arte não se pode afastar do destino do povo. Lembrai-vos da famosa "Carta a Gogol" de Belinski, em que o grande crítico fustigou apaixonadamente Gogol por ter este tentado trair o povo e passar para o campo do czar. Lenin caracterizou essa carta como uma das melhores produções da imprensa democrática não censurada, tendo conservado um grande alcance literário até o presente.

Lembrai-vos dos artigos jornalísticos e literários de Dobrolubov que mostram com tanta força todo o alcance social da literatura. Toda nossa literatura publicista revolucionário-democrática está impregnada de um ódio mortal do regime czarista e saturada do desejo generoso de lutar pelos interesses vitais do povo, pela sua cultura, sua instrução, sua libertação das cadeias do regime czarista. Para os grandes literatos russos, a literatura e a arte são meios de combate e de luta pelos supremos ideais do povo. Tchernychevsky, aquele que entre todos os socialistas utópicos mais se aproximou do socialismo científico, e cuja obra, como dizia Lenin, "irradiava o espírito da luta de classes", ensinava que o objetivo da arte não era só compreender a vida, mas ainda ensinar os homens a apreciar em seu justo valor os diferentes fenômenos sociais. Seu amigo e companheiro de luta mais íntimo, Dobrolubov, acentuava que "a vida não segue as normas literárias, mas a literatura se adapta às tendências da vida" e preconizava intensivamente os princípios do realismo e do populismo na literatura, julgando que a arte suprema era a realidade, que esta era a fonte da arte e que a arte tinha um papel ativo na vida social, formando a consciência social. Segundo Dobrolubov, a literatura deveria servir à sociedade, dar aos povos respostas para as questões atuais mais prementes, e manter-se no nível das ideias de sua época.

A crítica literária marxista, continuando as grandes tradições de Belinski, Tchernychevsky, Dobrolubov, sempre foi campeã da arte realista e social. Plekhanov muito trabalhou para desmascarar as concepções idealistas e anticientíficas da literatura e da arte para defender os princípios fundamentais de nossos grandes revolucionários democratas que sempre ensinaram que a literatura é um instrumento poderoso para servir aos interesses do povo.

Foi Lenin quem primeiro exprimiu com a maior nitidez o ponto de vista do pensamento social progressista sobre a literatura e a arte. Quero lembrar-vos o célebre artigo de Lenin: "A Organização do Partido e a Literatura de Partido", escrito em fins de 1905, onde ele mostrou, com o vigor que lhe é próprio, que a literatura não podia deixar de ter partido, que devia ser um fator importante na luta do proletariado. Nesse artigo ele apresentou todos os princípios que constituem a base do desenvolvimento de nossa literatura soviética. Lenin escreve que:

"A literatura deve tornar-se a obra do partido. Contra os costumes burgueses, a imprensa burguesa do comércio e da empresa, contra o carreirismo e o individualismo literários burgueses, a 'anarquia senhorial' e a caça dos lucros, o proletariado socialista deve apresentar o princípio de uma literatura de partido, desenvolver esse princípio e lhe dar vida de maneira mais completa.

"Em que consiste esse princípio de literatura de partido? Não somente em que a literatura proletária socialista não pode ser um meio de enriquecimento de um indivíduo ou de um grupo, mas que em geral não pode ser nem individual, nem independente da obra comum do proletariado. Abaixo os escritores sem partido! Abaixo os escritores super-homens! A literatura deve transformar-se em parte integrante da luta proletária".

Mais adiante, no mesmo artigo de Lenin:

"É impossível viver na sociedade e dela não depender. A liberdade do escritor, do artista, da atriz burguesa não é senão dependência camuflada (ou hipocritamente disfarçada) da bolsa do empresário".

O leninismo parte do princípio de que nossa literatura não pode ser apolítica, não pode considerar a "arte pela arte", mas deve desempenhar um papel de vanguarda na vida social. Nisso se inspira o princípio leninista de literatura de partido – a contribuição mais preciosa de Lenin à ciência da literatura.

Segue-se daí que a melhor tradição da literatura soviética continua as melhores da literatura russa do século XIX, tradições criadas por nossos grandes revolucionários democratas – Belinski, Dobrolubov, Tchernychevsky, Saltykov-Tchedrin, seguidos por Plekhanov – formuladas cientificamente por Lenin e Stalin.

Para os grandes literatos russos, a literatura e a arte são meios de combate e de luta pelos supremos ideais do povo. Tchernychevsky, aquele que entre todos os socialistas utópicos mais se aproximou do socialismo científico, e cuja obra, como dizia Lenin, "irradiava o espírito da luta de classes", ensinava que o objetivo da arte não era só compreender a vida, mas ainda ensinar os homens a apreciar em seu justo valor os diferentes fenômenos sociais. Seu amigo e companheiro de luta mais íntimo, Dobrolubov, acentuava que "a vida não segue as normas literárias, mas a literatura se adapta às tendências da vida" e preconizava intensivamente os princípios do realismo e do populismo na literatura, julgando que a arte suprema era a realidade, que esta era a fonte da arte e que a arte tinha um papel ativo na vida social, formando a consciência social

Nekrasov chamava sua poesia "a musa da vingança e da dor". Tchernychevsky e Dobrolubov consideravam a literatura como um dever sagrado para com o povo. Os melhores representantes da intelectualidade democrática russa morriam, sob o regime czarista, por essas grandes ideias generosas, eram condenados à prisão e ao exílio. Como é possível esquecer-se dessas gloriosas tradições? Como não levá-las em consideração, como permitir que Akhmatovas e Zostchenkos lancem às escondidas palavras de ordem reacionárias da "arte pela arte" e, disfarçando-se com a máscara do apoliticismo, imponham ideias estranhas ao povo soviético?

O leninismo empresta à nossa literatura soviética uma grande importância social educativa. Se nossa literatura soviética permitir que esse papel educador seja rebaixado isto significa um recuo. A volta à "idade da pedra".

O camarada Stalin denominou nossos escritores "os engenheiros da alma humana". Essa definição tem uma grande significação. Subentende a enorme responsabilidade dos escritores soviéticos na educação dos homens, da juventude, em sua vigilância para não permitir produtos literários defeituosos.

Certas pessoas estranham que o Comitê Central tenha tomado medidas tão fortes numa questão literária. Não estão habituadas a isto. Acham perfeitamente natural a severidade nas questões de infrações na produção, ou de atraso na realização de programa da produção ou dos estoques de madeira, mas quanto às infrações na educação da alma humana ou da juventude, estas são toleradas. No entanto, não são estas faltas muito mais graves do que a não-realização de um programa de produção ou o fracasso de uma tarefa industrial? Com sua resolução, o Comitê Central pretende colocar a frente ideológica acima de todos os outros ramos de nosso trabalho.

Ultimamente foram notadas grandes deficiências e brechas na frente ideológica. Basta citar-vos o atraso de nossa arte cinematográfica. Quanto joio entre essas produções de nosso repertório dramático, sem contar o que aconteceu nas revistas Zviezda e Leningrado. O Comitê Central foi forçado a intervir e modificar categoricamente a situação. Não tinha mais o direito de atenuar o golpe que vibrava naqueles que se esquecem de suas obrigações para com o povo e a educação da juventude. Se quisermos chamar a atenção de nossos ativistas para os problemas ideológicos e a fazê-lo com ordem, orientando claramente a tarefa de cumprir, devemos criticar duramente, como convém a homens soviéticos, bolcheviques, os erros e as deficiências do trabalho ideológico. Só então conseguiremos modificar a situação.

Certos escritores raciocinam da seguinte maneira: considerando-se que durante a guerra o povo passou fome de literatura, que se publicavam poucos livros, o leitor engolirá qualquer mercadoria, mesmo apodrecida. No entanto, não é o que acontece e não podemos admitir essa espécie de literatura que nos irão apresentar escritores, redatores e editores sem discernimento. O povo espera dos escritores soviéticos uma verdadeira armadura ideológica, uma alimentação espiritual que o ajudará a realizar os planos da grande construção, da restauração e do desenvolvimento da economia nacional do país.

Exige muito dos escritores, deseja ver satisfeitas suas aspirações ideológicas e culturais. Durante a guerra, devido às circunstâncias, não pudemos satisfazer suas necessidades vitais. O povo quer que se expressem os acontecimentos passados. Seu nível ideológico e cultural elevou-se. Frequentemente não fica satisfeito com a qualidade das obras literárias e artísticas que se publicam em nosso país. Certos escritores e trabalhadores da frente ideológica não querem compreender isto. O nível das exigências e do gosto de nosso povo elevou-se muito e aquele que não quiser compreendê-lo, ou nele não se conseguir manter, ficará para trás. A literatura não se destina unicamente a seguir o nível das necessidades do povo, muito mais, deve desenvolver seus gostos, elevar suas exigências, enriquecê-los com ideias novas, levá-lo para adiante. Aquele que não puder seguir o povo, satisfazer suas aspirações, manter-se no nível de desenvolvimento da cultura soviética, tornar-se-á forçosamente inútil.

Outro grande erro decorre da insuficiência ideológica dos diretores de Zviezda e Leningrado. Esse erro consiste em que alguns dos nossos trabalhadores da direção haviam colocado em primeiro plano suas relações com os escritores, não o interesse da educação dos homens soviéticos e de suas tendências políticas, mas interesses pessoais e de camaradagem. Diz-se que numerosas obras perigosas ideologicamente e fracas artisticamente, foram publicadas por medo de ofender este ou aquele escritor. Do ponto de vista desses redatores, era melhor sacrificar os interesses do povo e os do Estado a fim de não ofender ninguém. Essa é uma situação perfeitamente injusta e politicamente errada, é como se se pretendesse trocar um milhão por um tostão.

DESENVOLVER O ESPÍRITO CRÍTICO

O Comitê Central do Partido assinalou em sua resolução o grande perigo que existe no fato de substituir uma atitude de princípio na literatura por relações de camaradagem. Essa atitude de camaradagem, sem princípios, de certos escritores nossos, teve uma influência profundamente negativa, provocou o abaixamento do nível ideológico de numerosas obras literárias e facilitou o acesso à literatura a elementos estranhos à literatura soviética. A ausência de senso crítico nos chefes da frente ideológica em Leningrado, nos redatores das revistas da cidade, a substituição de uma atitude de princípio por relações de camaradagem, à custa dos interesses do povo, causaram um grande prejuízo.

O camarada Stalin nos ensina que se quisermos conservar quadros, instruí-los e educá-los, não deveremos ter medo de ofender ninguém, nem recear uma crítica de princípios audaciosa, franca e objetiva. Sem a crítica, qualquer organização, mesmo literária, pode desagregar-se. Sem a crítica pode-se agravar qualquer doença e será muito mais difícil vencê-la. Só uma crítica ousada e franca pode contribuir para aperfeiçoar nossos cidadãos, levá-los para a frente e superar as deficiências de seu trabalho. Onde não existe crítica, instala-se a estagnação, falta o ar, não há mais lugar para o progresso.

O camarada Stalin assinalou mais de uma vez que a condição essencial do nosso desenvolvimento é que todo cidadão soviético deve fazer corajosamente o balanço de seu trabalho, criticar suas deficiências e seus erros, refletir sobre a possibilidade de obter melhores resultados e trabalhar sem descanso para seu aperfeiçoamento. Isto se refere tanto aos escritores como aos demais trabalhadores. Aquele que tem medo de criticar seu trabalho é um poltrão desprezível, indigno da estima do povo.

Continua na próxima edição